



**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**  
**Faculdade de Letras e Ciências Sociais**  
**Departamento de Sociologia**  
**Licenciatura em Sociologia**

**TEMA: PERMANÊNCIA DE MULHERES FINANCEIRAMENTE  
INDEPENDENTES EM RELAÇÃO CONJUGAIS VIOLENTAS**

**Autora:** Alair Felismina Joaquim Ubisse

**Supervisora:** Dra. Maria José Arthur

Maputo, 2009

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane

**Alair Felismina Joaquim Ubisse**

Departamento de Sociologia  
Faculdade de Letras e Ciências Sociais  
Universidade Eduardo Mondlane

Supervisora: Dra. Maria José Arthur

Maputo, Julho 2009

O júri

O supervisor

O presidente

O oponente

.....

.....

.....

Maputo, aos....., de, ..... de 2009

## **Declaração**

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas na bibliografia as fontes por mim utilizadas.

.....

**Alair Felismina Joaquim Ubisse**

## **DEDICATÓRIA**

Em primeiro lugar dedico este trabalho a Deus e aos meus pais, que tudo fizeram para que minha vida acadêmica tomasse o rumo que tomou. Em segundo lugar dedico aos meus irmãos e primas pelo apoio incondicional facultado ao longo dos 5 anos.

## AGRADECIMENTOS

A realização desta monografia só foi possível graças ao apoio incondicional da Dra. e das mulheres inquiridas que muito contribuíram para o sucesso da mesma..

Agradeço os meus pais, minha irmã, meu irmão, meus tios Malache que sempre me apoiaram nesta jornada ajudando sempre que solicitado. Não me esqueço da minha prima Clara que está sempre apoiando e guiando meus passos.

Agradeço ainda aos meus colegas do curso de Sociologia, que durante cinco anos compartilharam comigo o parecer em relação as coisas que nos rodeiam e as quais nós rodeamos. Em particular a Ângela, Felda, Karina, Cumbi, a eles muito obrigada pela ajuda e paciência

Sou muito grata ao Dra. Maria José Arthur, pela paciência que teve em orientar-me ao longo deste percurso e por muito ter-me ensinado. As entrevistadas, pela recepção e disponibilidade prestada, o meu muito obrigada.

À todos, que directa ou indirectamente contribuíram para que eu alcançasse o estágio actual, muitíssimo obrigado!

## ÍNDICE

	Páginas
1. Introdução.....	1
2. Problema.....	2
3. Hipóteses.....	4
4. Objectivos.....	5
5. Contextualização.....	5
6. Justificativa/ Relevância .....	7
7. Metodologia .....	10
7.1. Constrangimentos .....	14
8. Análise das Diferentes Abordagens no Estudo da Violência .....	15
8.1. As Perspectivas Naturalista e Construtivista .....	16
8.1.2 A abordagem feminista no estudo da violência .....	20
9. Quadro teórico .....	32
9.1 Género e Poder na Análise dos Conteúdos Inerentes à Violência .....	37
9.1.1 Conceitualização.....	37
9.2 Indicadores dos Conceitos.....	42
9.3 Dimensões dos Conceitos.....	42
10. Resultados da Pesquisa.....	43
10.1 Características sócio — demográficas das entrevistadas .....	43
10.2 Análise dos dados.....	44
10.3 O Acesso ao emprego e a esfera pública.....	49
10.4 A Continuidade dos Estudos .....	51
10.5 Os Actos de violência e a legislação moçambicana.....	53
10.6 Mecanismos de defesa face à violência.....	57
10.7 Outras formas de controlo.....	58
10.8 Razões da permanência em relacionamentos violentos: discursos justificativos.....	59
10.9 Percepções Das Mulheres Sobre a Violência Doméstica Contra as Mulheres.....	62
10.10 Nível educacional <i>versus</i> percepção da violência.....	68
11. Conclusão.....	70
Referências bibliográficas.....	73

## 1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho, propõe-se analisar a violência doméstica contra as mulheres, em especial as mulheres com independência financeira relativamente aos seus parceiros. A escolha do tema deveu-se a observação, no seio familiar, da existência de casos de mulheres com um emprego remunerado que sofrem e se submetem à violência doméstica, o que suscitou a curiosidade de melhor apreender e compreender o fenómeno.

A análise será feita com base na perspectiva de relações de género, pois acreditamos que este fenómeno tem raízes estruturais dentro das sociedades androcêntricas, onde as relações de género entre os actores sociais são desiguais e vinculadas pelo poder. Este tipo de relações encontra-se em todas as sociedades patriarcais, produzindo e reproduzindo a superioridade masculina e a submissão feminina. Esta situação é concretizada durante os processos de socialização patriarcal através das suas diversas instituições, construindo, assim, a realidade social dos indivíduos.

Fazer uma análise com base na perspectiva de género é ter em conta que as realidades sociais, os fenómenos sociais, a visão que os indivíduos têm e a sociedade patriarcal são construídas através das desigualdades identitárias dos indivíduos, nas suas relações sociais de poder, valorizando e superiorizando mais os aspectos do masculino do que os do feminino.

As análises baseadas no género surgem com os movimentos feministas. Estes movimentos demonstraram e ilustraram que a violência doméstica contra a mulher é uma violação dos direitos humanos das mulheres, um problema de saúde pública, e reflexo da submissão feminina dentro das sociedades patriarcais. Além disso, mostraram que a violência contra as mulheres tem um carácter estrutural, sendo produzida, justificada e aceite na sociedade de acordo com as normas sociais.

Optar por esta análise implica ter em conta os movimentos feministas (que ocorreram nos anos 60/70 do século XX), e a luta pelos direitos humanos das mulheres. Estes movimentos deram origem as análises e críticas às sociedades patriarcais, mostrando o tipo de relações que ela advoga, a inexistência da defesa, a implementação e a execução

dos direitos humanos das mulheres. Uma abordagem com base na perspectiva de relações de género põe a descoberto este tipo de relações e a sociedade patriarcal.

A violência doméstica contra as mulheres tem, no nosso entender, um carácter estrutural e está incrustada nas normas sociais e culturais, portanto, não se restringe especialmente a nenhum grupo ou categorias de indivíduos. Acreditamos que a mesma faz parte das práticas quotidianas dos actores sociais, inserida durante os processos de socialização e da construção social da realidade dos indivíduos, e carregada de um poder simbólico.

Dada a ordem estrutural da violência, a categoria das mulheres financeiramente independentes foi escolhida para mostrar que a mesma não se restringe a classe de mulheres sem rendimentos, nem a falta de meios para o auto-sustento. Assim, contrariar-se a ideia de que as mulheres se submetem às relações conjugais violentas pela sua condição financeira. Face a esta temática, a nossa pergunta de partida foi:

**Por que é que as mulheres com independência financeira permanecem em relações conjugais violentas?**

## **2. PROBLEMA**

Ao explicar e analisar o fenómeno da violência doméstica contra as mulheres, algumas teorias explicativas defendem que as mulheres se submetem e permanecem em relações conjugais violentas devido às razões financeiras, dando uma elevada importância ao factor económico. A dependência financeira da mulher em relação ao seu parceiro é que está por detrás da permanência das mesmas em relacionamentos violentos.

Alguns teóricos, por exemplo, Narvaz e Koller (2006) referem que as mulheres casadas que sofrem de violência doméstica por parte de seus maridos permanecem nesses casamentos pelo factor económico. Afirmam que é a dependência económica em que elas se encontram em relação aos seus maridos/parceiros o factor que condiciona a sua permanência em relações conjugais violentas.

Para sustentar a sua posição, Narvaz e Koller (2006)<sup>1</sup> subscrevem Fontana e Santos (2001), segundo os quais, 60% das mulheres vítimas de violência por seus parceiros permanecem com os mesmos. Narvaz e Koller (2006) constataam que:

“Investigações demonstram que muitas mulheres permanecem em relações abusivas a fim de manterem a família unida. A dependência financeira dos parceiros e a falta de apoio da família extensa e da comunidade foram relatadas pelas mulheres pesquisadas como mantenedoras da sua posição de desvalia, isolamento e submissão aos abusos sofridos” (Cardoso, 1997a, 1997b citado por Narvaz e Koller, 2006:5)<sup>2</sup>.

De acordo com Cardoso (1997a, 1997b) e Cecconello (2003)<sup>3</sup> “a pobreza e a violência aparecem associadas à dinâmica da violência conjugal”. Segundo Hurtz, Koller e Bandeira, (1996)<sup>4</sup> “a miséria afectiva associada à miséria económica afecta a capacidade de enfrentamento das pessoas às situações adversas que lhes impõem no seu quotidiano” (Hurtz, Koller e Bandeira, 1996 citado por Narvaz e Koller, 2006:5).

Com este tipo de explicações excluem-se implicitamente as mulheres que têm uma independência financeira em relação aos seus maridos/parceiros, fazendo parecer que estas não sofrem a violência doméstica e que a mesma só afecta as mulheres pobres e sem nenhum tipo de recurso financeiro para a sua sobrevivência. Este tipo de abordagem não só estratifica a violência (através da exclusão das mulheres financeiramente independentes deste contexto), como também reduz a mesma, entre outros, ao factor económico, desprovendo-a do seu carácter estrutural.

Este tipo de análise é insuficiente para a explicação do fenómeno, não busca as causas que estão por detrás do mesmo, o que nos suscita a curiosidade de analisar o fenómeno no geral e em particular, a permanência desta categoria em relações conjugais violentas. Além disso não nos parece que estas análises dêem a devida atenção à construção social

---

<sup>1</sup> A obra de Fontana e Santos não se encontra referenciado no trabalho de Narvaz e Koller.

<sup>2</sup> CARDOSO, N.M (1997a). A socialização do género feminino e suas implicações na violência conjugal em relação às mulheres. In: Zanella, A.V. et al (orgs). Psicologia e práticas sociais. Pp 280-292, Porto Alegre: abrapso.

------(1997b). Mulher e maus – tratos. In: Strey, M.(org). Mulher: estudo de género pp127-138. São Leopoldo: unisinos.

<sup>3</sup> CECCONELLLO, A.M. (2003). Resiliência e vulnerabilidade em famílias em situação de risco (tese de doutoramento não publicado)

<sup>4</sup> A obra de Hurtz, Koller e Bandeira não se encontra referenciado no trabalho de Narvaz e Koller.

da identidade feminina, que a nosso ver contribui fundamentalmente para a permanência das mulheres nas relações conjugais violentas e também na produção e reprodução da posição submissa das mulheres em relação aos homens, que é o ponto fulcral deste fenómeno.

Entretanto não pretendemos negar que a dependência financeira influencia a permanência das mulheres em casamentos violentos, mas mostrar que esta não é a causa da permanência das mulheres nesses casamentos, mas sim uma consequência que está inclusa na posição submissa das mulheres na sociedade androcêntrica, sendo a mesma a consequência desse lugar e não a causa da permanência. Portanto, a razão da permanência das mulheres em casamentos violentos não é tanto a dependência financeira/económica, mas sim a posição de submissão que as mulheres ocupam na sociedade androcêntrica, caracterizada por relações de género hierarquizadas.

Torna-se, assim, importante o estudo da categoria das mulheres com independência financeira que permanecem em casamentos que ocorre a violência doméstica, como forma de inclui-las na temática e com a pretensão de melhor entendermos o fenómeno violência doméstica contra as mulheres em Moçambique.

### **3. HIPÓTESES DE TRABALHO**

Para responder à nossa questão de partida apresentamos a hipótese seguinte:

Ho: A permanência de mulheres financeiramente independentes em relações conjugais violentas deve-se à posição de subordinação em que as mulheres se encontram na sociedade patriarcal, assentes nas relações de poder desiguais entre homens e mulheres e na construção desigual das identidades sociais nas relações de género, através da absorção dos papéis e da identidade de ser mulher, ligadas à representação de sentimentos como à ternura, à tolerância, à paciência, à dor e ao sofrimento, apreendidas durante os processos de socialização.

#### **4. OBJECTIVOS DO TRABALHO**

##### **Objectivo geral:**

- Analisar a permanência de mulheres financeiramente independentes em relações conjugais violentas;

##### **Os objectivos específicos:**

- Identificar a maneira como as mulheres financeiramente independentes entendem e percebem a violência doméstica,
- Identificar estratégias de resistência e de defesa em relação à violência que sofrem;
- Analisar estratégias que desenvolvem para preservar espaços de autonomia.

#### **5. CONTEXTUALIZAÇÃO: A SITUAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM MOÇAMBIQUE**

O fenómeno da violência doméstica tem um carácter histórico associado à sociedade patriarcal. A CEDAW (Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher) é o primeiro tratado internacional de direitos humanos que parte das experiências e necessidades das mulheres. Para falar dos seus direitos define amplamente o significado da discriminação contra as mulheres e a proíbe quando exercida por pessoas privadas ou organizações. Em 1992 o comité da CEDAW emitiu a Recomendação nº 19, solicitando aos Estados que incluíssem informações sobre a violência contra a mulher e as medidas introduzidas para a sua implementação. Em 1993, a Conferência Mundial dos Direitos Humanos de Viena reconheceu que os direitos das mulheres são direitos humanos, e que a violência contra as mulheres é um problema de direitos humanos, e apelou para se integrar a perspectiva de género nos mecanismos e nos níveis internacional, regional e nacional para a eliminar (Obando, 2004).

Os esforços do movimento internacional de mulheres, na área dos direitos humanos, foram vitais para o reconhecimento de que a violência contra as mulheres é um assunto dos direitos humanos. Destaca-se, neste percurso, a Conferência de Viena, em 1993 (e posteriormente a de Viena + 5, realizada em Outubro de 1998). Aqui pela primeira vez

reconheceram-se os direitos humanos das mulheres como parte integrante dos direitos fundamentais e, conseqüentemente, a violência que sobre elas se exerce, como uma violação dos seus direitos humanos (Mejia et al. , 2004).

Em Moçambique, a violência contra as mulheres tornou-se recentemente alvo de discussão pública, e foi fortemente influenciada pelo assunto na esfera internacional, ganhando peso com a assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), da Declaração Sobre a Eliminação de Violência Contra a Mulher (1994) e da ratificação da CEDAW através da resolução 04/93 de 02 de Junho (Fórum Mulher e Centro de Estudos Africanos, 2001).

Para além da ratificação das convenções acima mencionadas, Moçambique assinou a Declaração sobre Género e Desenvolvimento dos chefes de Estado da SADC, em 1997, que reconhece a equidade de género como um direito humano e exige o fortalecimento das medidas para a sua implementação e monitoria. Subscreveu também a Carta Africana dos Direitos dos Povos e da Mulher (Mejia et al. , 2004).

O Estado moçambicano considerou a violência contra as mulheres como um problema a ser gerido através das suas várias instituições em resultado das políticas pós – Beijing, mas também em grande parte influenciado pela actuação das organizações das mulheres ao nível nacional, que impuseram este tema em debate público, apresentando as perspectivas das mulheres vítimas desta violência, e invocando os princípios de igualdade contidos na constituição nacional e os compromissos legais internacionais (Arthur e Mejia, 2006).

Em Setembro de 1996, um grupo de ONG's em prol da mulher iniciaram um programa de três anos, intitulado "todos contra a violência" (TCV) com atenção especial à violência contra a mulher. o programa foi lançado numa campanha sob a responsabilidade do Fórum Mulher. Os órgãos de comunicação social têm desenvolvido debates e trouxeram maior cobertura pública ao assunto, sendo alvo de debate e reflexão sobre as estratégias a seguir ao mesmo tempo sendo relacionado com o problema de desigualdade das relações de género na sociedade (Fórum Mulher, 2004).

Neste programa, foram desenvolvidas actividades de assistência jurídica, de sensibilização e de educação cívica – legal, principalmente junto das instâncias de poder, ligadas directa ou indirectamente ao sistema de administração de justiça. Através de seus esforços conjuntos, contribuíram para tornar o problema visível e para fazer dele um objecto legítimo de pesquisa e de intervenção.

Desde então tornou-se necessário a realização de estudos que permitissem identificar as principais dimensões do fenómeno e os processos de legitimação, e entender a sua tenaz persistência, apesar de algumas reformas legais que garantem a indiscriminação de homens e de mulheres, em público e em privado. O programa da TCV foi encerrado em 2001 por falta de fundos, mas as organizações que a compunham prosseguem, embora descoordenada, com os programas de combate à violência contra as mulheres (Fórum Mulher, 2004).

## **6. JUSTIFICATIVA/ RELEVÂNCIA**

Em Moçambique, tem-se registado o maior debate, na esfera pública, sobre a violência doméstica contra as mulheres, através dos canais de informação e de organizações que lidam com a mesma<sup>5</sup>. O início da discussão do fenómeno a nível nacional foi resultado de debates internacionais sobre o mesmo, o que culminou com as ratificações de convenções por parte do governo moçambicano e do processo de implementação das mesmas. A violência doméstica é um fenómeno que não discrimina o estrato social, a idade, o nível de instrução ou raça dos indivíduos. Ela está assente na estrutura da sociedade patriarcal predominante em todo o mundo, onde as relações de género são baseadas na desigualdade de poder entre homens e mulheres.

Sendo praticada por homens no meio doméstico, a violência atinge maioritariamente os indivíduos do sexo feminino. Baseando-se no informe mundial sobre a violência e saúde publicado pela OMS em Bruxelas a 3 de Outubro de 2002<sup>6</sup>, alguns autores, como Narvaz e Koller (2006) demonstram que maridos, ex-cônjuges, noivos e antigos companheiros são os responsáveis pela metade das mortes violentas de mulheres no mundo, e somente 5% das mortes dos homens se devem a ataque dos seus familiares

---

<sup>5</sup> Casos da MULEIDE, FÓRUM MULHER, Liga dos Direitos Humanos (LDH)

<sup>6</sup> O informe da OMS não se encontra referida por Narvaz e Koller.

femininos. De acordo com Diniz (1997 citado por Narvaz e Koller, 2006)<sup>7</sup> “a violência contra as mulheres atinge uma em cada quatro mulheres no mundo e é responsável por um em cada cinco anos potenciais de vida saudáveis perdidos pela mulher”.

As autoras apoiam-se nos dados estatísticos de Tomas (1992)<sup>8</sup>, que afirma que o custo social da violência é elevado, particularmente quando ocorre no âmbito doméstico e familiar; e que no mundo, um em cada cinco dias de folga ao trabalho é decorrente de violência sofrida por mulheres nas suas casas. As mesmas afirmam que nas relações conjugais violentas os agressores são predominantemente do género masculino e a principal vítima é do género feminino. A violência conjugal também é uma forma de violência de género.

De acordo com o Ministério da Mulher e da Acção Social (MMAS) (2004) em Moçambique, os parceiros íntimos (antigos ou actuais) são os principais perpetradores da violência contra as mulheres. Mostra ainda que comparativamente as mulheres solteiras, as mulheres casadas são as que mais sofrem a violência física e/ou sexual.

Nota-se assim que a violência doméstica é mais exercida pelos homens sobre as mulheres, daí que o nosso enfoque vai para a violência doméstica contra as mulheres, que é um fenómeno com um percurso histórico. A violência está intimamente ligada às sociedades patriarcais, onde o poder é desigualmente distribuído entre homens e mulheres, tendo estas uma posição de submissão em relação àqueles. Importa salientar que, de acordo com Saffioti (1980), a violência constitui uma forma de controlo social, representando uma peça fundamental da preservação do *status quo* das sociedades androcênticas.

Apesar de ser considerada um problema de cariz privado, a violência doméstica contra as mulheres é, efectivamente um problema social que afecta todas as mulheres de todo o mundo. Analisar a violência significa falar da violação dos direitos humanos das cidadãs, e falar da falta de gozo pleno dos direitos humanos das mulheres. É ainda falar da saúde pública das mulheres, pois ”essa forma de violência implica agravos à saúde física e mental das mulheres limitando a sua capacidade produtiva e prejudicando a sua

---

<sup>7</sup> DINIZ, S.G. (1997). A violência de género como questão de saúde. *Jornal da redevsaúde*, 14, p7-8.

<sup>8</sup> A obra de Tomas não se encontra referida por Narvaz e Koller .

qualidade de vida e auto-estima. Sendo então um problema de saúde pública” (Guedes et al., 2007:3).

Analisar a violência significa também falar das relações sociais dos indivíduos: relações de poder assentes na construção desigual das identidades sociais das sociedades androcêntricas. Werba e Strey (2001 citado por Narvaz e Koller, 2006)<sup>9</sup> defendem que a violência de género envolve acções ou circunstâncias que submetem unidireccional, física e/ou emocionalmente as pessoas em função do seu sexo.

A primeira pertinência sociológica encontra-se no facto de a sociologia ser uma ciência que se interessa pelas interacções sociais dos indivíduos; pelo estudo e compreensão das acções dos indivíduos, das relações e dos fenómenos sociais das determinadas sociedades. Deste modo, a violência doméstica contra as mulheres pode ser objecto de análise sociológica, dado que a mesma permite analisar as relações sociais entre os indivíduos, a estrutura dessas relações, da sociedade, assim como a construção da realidade social dos indivíduos. Tendo em conta que as acções e as relações dos indivíduos são permeadas pela violência e desigualdades, porque os indivíduos as apreendem como reais, através dos processos de socialização e de construção da realidade social, pode-se depreender que a violência doméstica é um fenómeno de ordem estrutural.

Por outro lado, a pertinência sociológica encontra-se no facto de que com o estudo da violência doméstica poderemos melhor compreender e fazer uso das teorias sociológicas construtivistas, pois acreditamos que este fenómeno é melhor entendido com base nelas, visto que a realidade é socialmente construída. Estas teorias demonstram que os actores sociais constroem a sua realidade social e as suas subjectividades com base nas normas e regras de uma determinada sociedade, em particular nas regras e normas patriarcais. Autores como Berger e Luckmann (1985) demonstram claramente como se constrói a realidade social. Bourdieu (1989) e Foucault (1976) demonstram que as relações sociais entre os indivíduos são assentes nas relações de poder.

---

<sup>9</sup> A obra de Werba e Strey não se encontra referida por Narvaz e Koller.

Se a violência doméstica está intimamente ligada à sociedade patriarcal, e é vivida diariamente como relações de poder entre homens e mulheres, este fenómeno insere-se na sociologia do quotidiano, daí a ser um fenómeno “frutuoso” para este campo da sociologia.

Tendo em conta o acima exposto, o nosso propósito dentro da temática da violência doméstica contra as mulheres é descobrir as causas da permanência de mulheres financeiramente independentes em relações conjugais violentas, residentes na Cidade de Maputo. Designamos mulheres financeiramente independentes aquelas que se encontram numa situação de trabalho remunerado e possuem o controlo dos seus salários e recursos provenientes do seu emprego para a sua sobrevivência. Escolhemos esta categoria de mulheres para demonstrar que o factor económico não determina a violência doméstica contrariamente ao que afirmam algumas literaturas (MMAS, 2004)<sup>10</sup>. Estas defendem que as mulheres se submetem e permanecem em relacionamentos conjugais violentos porque não trabalham e dependem financeiramente dos seus maridos.

Este tipo de abordagem defende explícita e implícita mente, que a violência doméstica está ligada as mulheres pobres, que não têm condições de se auto sustentarem. Por isso, incidimos sobre as mulheres que trabalham, que têm uma profissão remunerada, quer do sector formal quer do informal, para demonstrar que depende não de condições financeiras, mas sim de factores estruturantes da sociedade.

## **7. METODOLOGIA**

Cabe-nos nesta parte do trabalho fazer referência ao tipo de método que nos possibilitou a recolha de dados e a execução da monografia. Usamos o método qualitativo e a realização de entrevistas semi-abertas, pois estas dão maior possibilidade de captar as percepções dos indivíduos, para uma posterior análise de dados.

---

<sup>10</sup> Inquérito sobre a violência contra a mulher que põe um grande peso no factor económico e educacional como motivos da permanência das mulheres casadas em casamentos violentos.

Optamos por esta metodologia porque é uma forma adequada para perceber e compreender a natureza do fenómeno social, em situações em que se observa indicadores que retratam aspectos ligados ao funcionamento de estruturas sociais. **Richardson (1942), o que corrobora com a natureza do estudo pois estamos buscando e procurando as causas,** as percepções e as construções sociais dos indivíduos com vista a ter em conta a dimensão do fenómeno a estudar, que acreditamos ser um fenómeno de cariz estrutural de todas as sociedades patriarcais, incluindo a moçambicana.

A primeira fase consistiu no desenho do projecto e nas leituras exploratórias sobre o tema. Estas leituras foram feitas na biblioteca do Centro de Estudos Africanos, nos artigos encontrados no Fórum Mulher, na MULEIDE e ainda nos artigos tirados da Internet e em obras adquiridas na WLSA Moçambique. De seguida, passamos para a segunda fase que consistiu na revisão bibliográfica aliada às entrevistas exploratórias (pré-teste do nosso guião de entrevista, com uma amostra de 12 inquiridas) realizadas na MULEIDE (Associação Mulher Lei e Desenvolvimento) para testar o nosso guião de entrevista e para melhor apreender o fenómeno. A terceira fase englobou a recolha de dados através das entrevistas semi-abertas, seguido do respectivo tratamento e interpretação.

O estudo foi realizado na província e Cidade de Maputo, porque segundo o Inquérito Sobre a Violência Contra A Mulher (2004) as maiores taxas de violência se registam entre as inquiridas das provinciais da Zambézia e de Maputo, embora as mulheres que vivem nas zonas urbanas pareçam sofrer mais violência física que as que vivem nas zonas rurais. Dentro da província de Maputo, restringimos o nosso estudo à Cidade de Maputo não só por fazer parte da segunda província com maiores taxas de violência, mas também por uma questão prática e por acarretar menores gastos financeiros.

A recolha de dados foi feita na MULEIDE e na AMMCJ (Associação Moçambicana de Mulheres de Carreira Jurídica). Não nos cingimos a nenhum bairro específico, pois a literatura e os dados recolhidos sobre a violência doméstica contra as mulheres mostram não haver nenhum dado estatístico que apresente maior ou menor prevalência em termos de residência de mulheres em relação a mesma, para além de fazerem uma distinção em termos de zona rural e urbana. Este é também um fenómeno de carácter

estrutural que tem a ver com a construção desigual do género e de relações de poder, e assim não discrimina bairros.

Com base no trabalho de campo exploratório, que compunha a segunda fase, foi possível constatar que não é frequente encontrar, nas instituições que lidam com a violência doméstica, a categoria de mulheres com um emprego remunerado, de modo que definimos como tamanho da nossa amostra 9 mulheres no universo das mulheres trabalhadoras.

Dada a dificuldade de encontrar a categoria que se pretendia, uma vez que estas mulheres raramente procuram estas associações, vimo-nos forçadas a alargar o nosso espaço de entrevistas a mulheres conhecidas que, embora não se encontrassem nos locais acima referidos, enfrentavam situações de violência doméstica contra as mulheres por parte dos seus parceiros, e que possuem um trabalho com remuneração monetária, fazendo assim parte do nosso alvo. Assim sendo 4 mulheres foram encontradas na MULEIDE, 2 na AMMCJ e 3 restantes são as nossas conhecidas perfazendo um total de 9 mulheres.

Sendo a monografia de carácter qualitativo, “não empregando um instrumento estatístico como base do processo de análise de um problema” (Richardson, 1942:38), a amostra não necessita de ser representativa, e não obedece a critérios numerosos, pelo que estamos satisfeitos com o tamanho da amostra. A amostra é intencional. “esta técnica consiste em usar um determinado critério e escolher intencionalmente um grupo de elementos que irão compor a amostra” (Mulenga, 2004:78) devido à natureza do trabalho.

Para a realização do trabalho, consideramos **Mulheres Casadas**, todas as mulheres que se encontram em situação de união (civil, ou religioso, ou tradicional ou ainda união de facto) com um parceiro, onde partilham uma vida em comum, usufruindo dos direitos e assumindo as responsabilidades que decorrem dessa relação (lei da família, s/d).

Ainda na mesma linha de pensamento consideramos **Independência financeira**, os casos em que os indivíduos se encontram numa situação de trabalho remunerado

monetariamente e possuem o controlo dos seus salários e dos recursos provenientes do seu trabalho para a sua sobrevivência.

Partimos do pressuposto de que ter um salário proveniente de uma actividade laboral por parte das mulheres, nem sempre significa independência financeira, pois estas podem não ter o controlo dos seus salários e recursos provenientes das suas actividades. Numa primeira fase, procuramos encontrar as mulheres que têm um emprego remunerado e que sofrem de violência doméstica por parte dos seus maridos, e que permanecem nessas relações conjugais violentas, para posteriormente verificarmos se as mesmas possuem independência financeira ou não. Passaremos a fazer a descrição detalhada das características do grupo alvo. A tabela que se segue dá conta da identidade social do grupo alvo, e os nomes que constam nela são fictícios.

<b>Número da entrevistada</b>	<b>Sexo</b>	<b>Idade</b>	<b>Língua Materna</b>	<b>Religião</b>
Maria	Feminino	36	Changana	Católica
Marta	Feminino	28	Changana	Católica
Matilde	Feminino	32	Ronga	Evangélica
Mariana	Feminino	37	Bitonga/Changana	Protestante
Melta	Feminino	48	Machope	Evangélica
Monica	Feminino	43	Português	Católica
Mirna	Feminino	29	Português	Protestante
Minorca	Feminino	36	Changana	Evangélica
Melissa	Feminino	44	Changana	Católica/Protestante

Todas as entrevistadas são do sexo feminino e as idades variam entre os 29 a 48 anos, a religião predominante é a católica seguida da protestante. A língua materna mais falada é o Changana, que é falado por pessoas da província de Gaza, o que pode dever-se ao facto de a pesquisa ter sido feita na cidade de Maputo, na zona sul de Moçambique, e as outras línguas que se seguem também são faladas por pessoas do sul.

<b>Número da entrevistada</b>	<b>Bairro</b>	<b>Tipo de casamento</b>	<b>Nível de instrução</b>	<b>Formação profissional</b>	<b>Anos de trabalho</b>
Maria	Zimpeto	Civil	Bacharel	Educação	12
Marta	Chamanculo	União de Facto	8ª classe	Nenhuma	7
Matilde	Mahotas	União de Facto	12ª classe	Educação	5
Mariana	Maxaquene	União de Facto	10ª classe	Policia	19
Melta	Bagamoio	Lobolo	5ª classe	Nenhuma	12
Monica	Liberdade	Civil	Licenciatura	Linguística	18
Mirna	Malhangalene	União de Facto	Licenciatura	Antropologia	7
Minorca	FPLM	Lobolo	7ª classe	Nenhuma	1
Melissa	25 de Junho	Civil	Licenciatura	Matemática/ Física	24

O nível de instrução destas mulheres está entre a 5ª classe e o nível superior, mostrando claramente que a violência doméstica contra as mulheres não atinge somente pessoas com baixo nível de instrução e nem pessoas sem rendimento e meios de se auto-sustentarem, pois como notamos todas as mulheres do nosso grupo alvo têm um emprego remunerável. Com base nestes dados podemos concluir que a mesma não escolhe estratos sociais.

## **7.1 CONSTRANGIMENTOS**

Esta secção serve para detalhar todas as dificuldades e problemas que encontramos a quando da realização da monografia. Assim sendo, a recolha de dados foi a etapa mais difícil de se realizar devido à hostilidade de certas pessoas afectas ao Gabinete de Atendimento à Mulher e à Criança (GAMC). Os locais seleccionados para a realização das entrevistas foram a MULEIDE, a AMMCJ e o gabinete de GAMC da cidade de Maputo, pois são os locais onde podemos encontrar indivíduos vítimas de violência doméstica, pois estas instituições lidam com o fenómeno em questão.

No entanto não nos foi possível realizar as entrevistas no GAMC localizado na 1ª Esquadra da Polícia, por motivos de confidencialidade e preservação da identidade das denunciantes. Esta situação obrigou-nos a ter que procurar, no nosso seio, pessoas conhecidas que preenchiam os requisitos da categoria pretendida, e assim descartamos por completo o GAMC. A recolha de dados levou quatro meses para a sua finalização, desde a testagem do guião de entrevista até à versão final da entrevista e a sua realização, devido a estes obstáculos.

Outro factor que levou à demora da realização das entrevistas está relacionada com o facto de que a categoria pretendida — mulheres com independência financeira sofrendo de violência doméstica contra as mulheres, não ser fácil de encontrar mesmo nas associações acima mencionadas, pois estas associações são mais procuradas por mulheres com situação económica precária, e as poucas com situação económica favorecida pedem sigilo ou fazem as suas consultas informalmente, isto é, sem deixar registo. Um terceiro factor teve a ver com a temática em si, que é percebida e sentida como pertencente à esfera privada, sendo que muitas mulheres não se sentiam a vontade em dar os seus depoimentos, recusando-se desta maneira a conceder-nos as entrevistas, o que fez com que nossa estadia nessas organizações se estendesse demasiado, com intenção de encontrar mulheres que estivessem dispostas a conversar connosco, facto que levou muito tempo.

## **8. ANÁLISE DAS DIFERENTES ABORDAGENS NO ESTUDO DA VIOLÊNCIA**

Com esta revisão de literatura pretendemos apresentar as várias perspectivas de análise de diferentes autores sobre o fenómeno da violência e os quadros teóricos utilizados. Tratado e estudado nas últimas décadas, o fenómeno da violência é explicado com base em diferentes modelos teóricos, tendo assim produzido modelos explicativos divergentes. De entre as várias abordagens, destacam-se duas: a violência doméstica percebida de forma naturalista e de forma construtivista e a abordagem feminista (que se baseia vastamente no construtivismo) no estudo da violência.

Como já referido, o fenómeno da violência doméstica contra as mulheres ganha espaço quando passa a ser debatido e demonstrado não só no âmbito privado, como também na

esfera pública como um problema social. Isto ocorreu na senda dos movimentos feministas, na luta pelos direitos humanos das mulheres, nos anos 60/70, do século XX.

### **8.1. As perspectivas naturalista e construtivista**

A abordagem naturalista defende que a violência doméstica é praticada pelo homem devido à sua natureza violenta, pelo que as suas acções têm também a ver com a sua natureza. A mesma justifica a violência masculina com base em distúrbios mentais, falta de auto controlo, baixa auto-estima, abuso de álcool, entre outros (Anger Inside Intimate Relationship, s/d), sem ter em conta que estas causas invocadas podem encontrar-se tanto nos homens como nas mulheres, mas são vistas como inerentes a natureza dos homens.

A abordagem construtivista (Hercovisch, s/d) procura entender o fenómeno através das construções sociais que a sociedade faz dos seus actores. A mesma toma em conta a forma como são construídas e representadas os indivíduos dentro de uma sociedade e também analisa como é que os mesmos constroem as suas realidades sociais.

O artigo Anger Inside Intimate Relationships faz uma análise naturalista e explica a agressividade masculina com base na natureza humana dos homens, reportando os abusos que se verificam dentro da família e nos relacionamentos íntimos. O artigo apoia-se na teoria de Gelb (1983), e aponta como causas da violência doméstica, o desequilíbrio hormonal ou químico, os danos do cérebro, mal interpretação do comportamento do outro, falta de auto controlo, trauma de infância, anomalias genéticas e/ou psicológicas, brutalidade do agressor, insegurança, medo do abandono (Gelb, 1983 citado pelo artigo, s/d)<sup>11</sup>.

Este artigo busca explicar a violência através de causas naturais, psicológicas, e de ordem económica não tendo em conta as causas estruturais do fenómeno, afirmando que

“as mulheres golpeada tendem a ser educadas desde cedo com baixo estima, dentro de uma família pobre e abusiva, sendo elas passivo — dependentes e que necessitam da aprovação e de afeição. As mulheres que foram

---

<sup>11</sup> A obra de Gelb não se encontra referenciada no artigo.

violentadas por seus maridos, tendem a ter um historial de actos violento e que os homens abusivos tem frequentemente a necessidade de controlar o seu parceiro, e tende ser desempregado ou de classe baixa” (Anger Inside Intimate Relationships, s/d:1).

Estes são de acordo com o artigo as causas e as condições que levam ou conduzem ao abuso, e os que condicionam a permanência das mulheres em relacionamentos violentos. Isto faz com que nos distanciemos deste tipo de estudo. Cremos que a violência doméstica contra as mulheres é criada na própria sociedade androcêntrica por via da desigualdade social na construção identitária dos actores sociais, permeadas por relações de poder.

O artigo especula que provavelmente as razões da permanência das mulheres nas relações abusivas estão ligadas às emoções, ao medo, à vergonha, à culpa, às crianças, ao dinheiro e à crença de que as coisas melhorem. Outras razões estariam no facto de provavelmente algumas mulheres violentadas sentirem-se isoladas e incapazes de encontrar de novo o amor, outras supõem que o abuso é um lote que faz parte de ser mulher sendo um destino, e ainda pelo facto de algumas mulheres acreditarem que um verdadeiro homem/másculo apenas faz naturalmente coisas violentas (Anger Inside Intimate Relationships, s/d).

Subscrevemos em parte estas análises do artigo acima referido, mas estes aspectos são apresentados descontextualizados. Só tomando em conta a sociedade patriarcal pode enquadrar-se estas manifestações. Argumentamos que as razões referidas como motivos da permanência das mulheres nestas relações conjugais violentas são traços das representações sociais femininas inscritas no papel social de mulher nas quais as mulheres são socializadas, logo tem a ver com a construção social da identidade do feminino.

Uma outra abordagem é a de Hercovisch (s/d), que estuda a violência contra as mulheres dando enfoque especial à violação sexual, tendo em conta a construção social da realidade na qual os indivíduos estão inseridos, expondo as representações que a sociedade patriarcal como um todo tem a respeito da violação sexual das mulheres. A análise refere que o medo é o sócio do violador e mostra como o

parceiro/marido/companheiro não percebe a violação sexual como tal, mas sim como sua legítima prerrogativa.

Para a autora a natureza de uma violação sexual, compõe-se da vontade sexual e da violência viril, combinando-se e convertendo os actos de uma mulher, obrigada a satisfazer o desejo sexual do violador, em moeda de troca pela sua vida. Isto implica que os actores tenham uma relação que não é um processo unidireccional, consistindo na passividade da vítima e na acção do violador, e que escassamente a violação sexual ocorre entre estranhos (Hercovich s/d).

A mesma defende que “para as mulheres consentir a violação sexual é na realidade resistir a actos mais violentos por parte do violador e negociar sua vida ou esquivar da morte” (Hercovich, s/d:1). Afirma ainda que a

“diferença sexual entre as pessoas é em si mesma violenta, estabelecendo que a violação sexual é sexual porque os que violam são machos e são as fêmeas que são violadas, que a violação sexual é violência porque tudo o que ali se sucede consome-se a sombra da ameaça de morte, e que a violação sexual é violência sexual e não sexo violento” (Hercovich, s/d:10).

Esta abordagem pode ajudar-nos a entender que a violência sexual ocorre quase sempre entre conhecidos: o parceiro, o pai, o irmão, dentro do seio familiar e do lar. Mostra superficialmente os traços do patriarcado quando aborda a questão da prerrogativa do homem em relação ao acto sexual, em detrimento da mulher e da sua disposição.

Bettencourt (s/d) tenta perceber as razões que levam a que algumas mulheres saíam dos relacionamentos abusivos. Na sua análise, Bettencourt conjuga uma multiplicidade de factores que vão desde o tempo da relação abusiva à severidade do abuso, a violência praticada nas crianças, o status financeiro da mulher sem o seu agressor, a presença de crianças dependentes, a resposta da família e sistemas de sustentação sociais, até à influência de atitudes públicas.

De acordo com a autora, de todos os factores que influenciam na decisão das mulheres de permanecer ou sair das relações violentas, a mais decisiva era o facto de a criança dependente ser vítima de abuso por parte do agressor, o que compeliavam as mulheres a abandonar seus parceiros agressores, tendo os restantes factores se mostrado menos decisivos para o abandono dos agressores e dos seus lares.

Garbin et al. (2006) analisam a violência doméstica como um problema de saúde pública, afirmando que é uma questão socio-cultural, não separada das leis e normas das diversas sociedades, onde o papel da mulher é de ser submisso sem nenhum direito.

O seu enfoque vai para o facto de as agressões resultantes da violência doméstica contra a mulher não estarem a ser devidamente percebidas entre os profissionais da saúde, visto terem dificuldades em identificar agressões ligadas à violência doméstica, afirmando ainda que as mulheres têm-se mantido caladas quanto a denúncia dos seus agressores pela sua condição económica (Garbin et al., 2006). Mostram que as ocorrências mais frequentes são as lesões corporais, particularmente o pescoço e a cabeça.

Estes autores, citando Langley e Levy 1980<sup>12</sup>, advogam que as razões que estão por detrás da violência masculina contra as mulheres são: doenças mentais, álcool e drogas, aceitação da violência por parte do público, falta de comunicação, sexo, auto imagem vulnerável, frustração, mudanças e a violência como recurso para resolver problemas.

Como podemos notar, este tipo de estudo foge dos nossos parâmetros de análise do fenómeno porque responde ao problema da violência doméstica contra as mulheres alegando factores que não têm a ver com as relações de poder desiguais entre homens e mulheres, e não se insere na perspectiva de género, nem a tem como guia de análise. As razões alegadas como estando por detrás da violência são, a nosso ver, passíveis de se encontrar tanto nas mulheres como nos homens, sem que no entanto, as primeiras recorram à violência.

---

<sup>12</sup> Langley, R. Levy RC; Carina CG. (1980) Mulheres espancadas: fenómeno invisível. São Paulo: Hucitec.

### 8.1.2 A abordagem feminista no estudo da violência

Esta abordagem analisa o fenómeno com base na perspectiva de género que analisa o assunto tendo em conta a construção desigual das identidades masculinas e femininas, com base nas diferenças biológicas ou anatómicas dos sexos, e perpassadas por relações de poder (Camacho, 2001).

Esta perspectiva mostra que a sociedade constrói e define relações sociais entre indivíduos tendo como base os sexos e as diferenças biológicas, e que estas diferenças biológicas são tidas como sociais, donde resulta a superiorização masculina e a subordinação feminina. Para esta perspectiva, a violência contra as mulheres é algo socialmente aprendido e justificado através das desigualdades de poder entre os homens e mulheres, de acordo com o androcentrismo vigente.

Osório et al. (2001), que nas suas análises sobre a violência doméstica contra as mulheres em Moçambique socorrem-se da perspectiva de género e das relações de poder desigual, percebem a violência:

“como uma forma de resolução de conflitos no contexto das relações de poder, onde quem detém o poder o exerce, e o/a subordinado/a — por falta de capacidade de resposta e de poder (pela posição subordinada ao mesmo), aceita-o ou é obrigado/a a aceitá-lo. O poder estrutura-se através do exercício sobre a mulher, legitimado não só por quem o exerce, mas por quem o sofre, na ‘ cumplicidade ’ da sua subordinação, que reproduz o *status quo* das relações de poder no contexto da violência” (Osório et al., 2001:29-30).

Para as autoras, a violência é uma das formas específicas de exercício do poder exercido sobre a mulher pela sua condição de subordinação construída na ordem andocrática. Nas suas análises, mostram que a justificação e a persistência do fenómeno da violência em Moçambique encontra sustentação e reflecte-se nos valores culturais e na legislação. “A cultura e as tradições, que amiúde se reflectem nas leis nacionais, não fazem senão perpetuar os preceitos do predomínio masculino, do modelo andocrático” (Osório et al. 2001:31).

Outra análise com base na perspectiva de género, ou seja, na construção histórica das relações sociais entre os sexos conforme Guedes et al. (2007), que olham a violência contra as mulheres como resultante das relações de poder construídas ao longo da história pela desigualdade de género e consolidadas por uma ideologia androcêntrica e sexista. Segundo os autores, esta desigualdade de género é feita através dos papéis sociais específicos referentes a ser mulher e homem, construídos ideologicamente como cultura dentro de uma sociedade.

Nesta construção desigual das relações de género é notória a facilidade com que aspectos de ordem social ganham cariz natural e aceitação por parte dos indivíduos e instituições constituintes da sociedade, pois esta desigualdade é aprendida desde o momento que o indivíduo é trazido ao mundo, sendo a mesma tida como a realidade do mundo. É dentro deste contexto que a “violência se revela como um factor 'natural', comum ao casamento, decorrente do poder outorgado socialmente aos homens cuja naturalização é também incorporada pela mulher” (Guedes et al. 2007:7).

No entanto, estes autores dão relevância à dependência económica aliada ao factor afeição pelo parceiro, e às gratificações que o modelo idealizado de mulher traz, como causas ou motivos da permanência de muitas mulheres em relações em que mantêm submissas ao poder masculino.

Narvaz e Koller (2004) fazem um estudo tendo em conta os aspectos ligados ao género e ao poder, procurando entender as subjectividades das mulheres vítimas da violência doméstica, assim como os motivos que levam com que as mesmas permaneçam em relacionamentos violentos. Alegam que os papéis de género preconcebidos e partilhados pela sociedade, veiculados pela cultura através da família tornam invisível a produção e reprodução da subordinação feminina, sendo um campo favorável para a ocorrência de agressões e todo o tipo de violência.

Narvaz e Koller (2004) baseam-se em Cardoso (1997a, 1997b)<sup>13</sup>, que defende que a permanência das mulheres em relações conjugais violentas está assente principalmente

---

<sup>13</sup> Referido nas referências.

na dependência econômica que se encontram em relação aos seus parceiros. Também auxiliam-se de Bourdieu para mostrar que a violência é simbólica. afirmam que “o ocultamento das relações abusivas de força ocorre de forma sutil e invisível através das vias simbólicas da comunicação e do desconhecimento de seus autores” (Narvaz e Koller, 2004:6).

Apesar de estar dentro da perspectiva de gênero, esta abordagem explica o fenômeno da violência associado à dependência econômica das mulheres em relação aos seus parceiros, fazendo com que as mulheres permaneçam nestas relações. Este tipo de explicação contradiz-se com a nossa forma de responder a nossa inquietação e ao nosso problema. As autoras mencionam alguns mecanismos de defesa e estratégias de resistência a violência, que vão desde a infidelidade das mulheres, dissociação do pensamento, a negação, fuga de casa até ao abandono do lar.

Facio (2007) evidencia o tipo de sociedade vigente com lentes de gênero. Ao analisar a sociedade patriarcal, a autora mostra como é feita a distribuição do poder de forma desigual entre os sexos. Afirma que:

“este sistema de domínio, que nós quisemos continuar chamando de patriarcado, implica que tudo o relacionado com o masculino tem mais valor e poder em cada uma das instituições da sociedade, ainda que não implique que as mulheres não tenham nenhum tipo de poder, direitos, influências ou recursos. Também não implica que todos os homens gozem dos mesmos privilégios” (Facio, 2007:162).

Esta clara demonstração da sociedade patriarcal nos é muito útil, pois deixa bem claro que a situação de violência, a sua produção e sua reprodução é feita na sociedade patriarcal, e conseqüentemente a permanência das mulheres em relações conjugais violentas também encontrará resposta nela, uma vez que é esta sociedade que se encarrega da socialização desigual baseada nas relações de poder entre os actores sociais, especificando os papéis, os comportamentos de mulher e de homem, atribuindo a primeira uma posição de subordinação. Esta forma de estar perpetua a violência doméstica contra as mulheres.

De acordo com Facio (1992),

“é muito importante que entendamos que nós as mulheres partilhamos do sexismo quando não estamos conscientes das estruturas de gênero e interiorizamos os valores sexistas da nossa sociedade. Também é muito frequente que as mulheres sejam sexistas porque conscientemente cremos que a discriminação contra a mulher é um mal menor” (Facio, 1992:13).

E como a violência está intimamente ligado ao patriarcado, a autora afirma que:

“assim se me submeto à violência e não a denuncio nem a critico, estou-me comportando não somente como espera e deseja a política patriarcal, senão essa é a resposta para qual todo o aparato estatal está estruturado” (Facio, 1992:19).

Reflete-se aqui, através do patriarcado, que a superioridade masculina é produzida neste tipo de sociedade, feita em todos os níveis da vida do indivíduo e em todos os campos (social, económico, político e cultural). Esta superioridade é partilhada por toda a sociedade, tornando, assim, este fenómeno complexo, aceite e naturalizado. Ora se esta sociedade aceita a superioridade masculina assim como a violência, logicamente que o mesmo é também aceite pelas mulheres, pois elas fazem parte da sociedade. Deste modo, apropriaremos-nos da visão de patriarcado de Facio, como um modelo que nos permite compreender e perceber o fenómeno.

Arthur (2007) faz uma análise sobre a violência contra as mulheres com base na perspectiva de gênero. Para a autora, a violência está enraizada na cultura através da construção de identidades desiguais dos indivíduos. Sendo assim, Arthur afirma que:

“a cultura tem a ver com as construções das masculinidades e feminilidades, o que é feito de maneira relacional. Assim, enquanto as mulheres se ensinam a obediência, a dedicação à família e ao marido, temos uma masculinidade hegemónica que é construída a partir do controle das mulheres e que é tolerante com a violência como forma de resolução de conflito a nível do casal” (Arthur, 2007:121).

A autora advoga que a violência tem um carácter estrutural, fazendo parte da organização da sociedade, suportado por um modelo de dominação masculina e legitimado por um sistema simbólico inerente ao sistema de dominação e por relações de poder. Todo este aparato organizacional encontra-se inscrito nas instituições, implementado através das normas e da cultura, e ainda estando ancorada e proveniente do próprio sistema.

Tendo esta um carácter de intimidação e de controlo, a violência serve para corrigir comportamentos desviantes do esperado, de acordo com o papel social, e para manter o controlo dos indivíduos dentro dos mesmos papéis. Assim, a violência contra as mulheres é apresentada como uma violência com propósitos educativos, porque ensina limites e controla os excessos femininos (Arthur, 2007).

Esta abordagem faculta-nos a percepção dos papéis e das tarefas atribuídas a cada actor social, daí que as representações dos sentimentos associados ao papel de mulher permitem que esta se sujeite a sua posição subordinada e aceite a violência exercida sobre ela. Entendendo como cada actor social percebe a violência, identificaremos as razões por que as mulheres se submetem; e uma das formas de o fazer é pôr a descoberto o papel social da mulher na sociedade patriarcal.

Outra abordagem de Arthur (2007), que nos é muito útil, refere-se à violência sexual sofrida pelas mulheres. Esta é praticada pelos seus parceiros como seu direito de marido, sendo que a sociedade androcêntrica percebe o acto sexual dentro do casamento, como dever e obrigação da mulher a proporcionar a seu esposo, não tendo em conta a sua disponibilidade ou vontade, de modo que, por vezes, a violência sexual não é sentida como violência pelo parceiro, mas sim como prerrogativa masculina.

Arthur afirma ainda que “no casamento o sexo é potencialmente coercivo, já que se aceita ser obrigação das mulheres prestarem serviços sexuais aos seus maridos, sempre que estes assim o desejarem, independentemente do seu interesse e vontade” (Arthur, 2007:122).

Segundo esta autora, a sociedade moçambicana é patriarcal. A estratificação que demarca os respectivos lugares de homens e de mulheres na família deixa claro que

cabe ao chefe da família, um homem, a tomada de decisões, e às mulheres a educação para respeitar e aceitar as suas decisões, permanecendo prestativas e submissas:

“Na realidade, os homens que batem nas mulheres fazem-no porque interiorizaram muito bem o modelo patriarcal da sociedade em que vivem. É por este motivo que a violência contra as mulheres é um fenómeno quase invisível: como é considerada 'normal' passa, por isso, despercebida” (Arthur, 2007:131).

Stolcke (2003) afirma que:

“ao longo da história a violência doméstica tem sido típica de sociedades onde as mulheres tem estado subordinadas aos homens. A desigualdade social está associada a desigualdade de género [...]. Tais estruturas de domínio masculino são legitimadas mediante ideologias que opõem o homem, tidos como fortes, valentes e justos, às mulheres que por natureza são débeis e pouco de fiar. Portanto, elas dependem da 'protecção', leia-se controle, dos seus homens que as tratam como se fosse sua propriedade pessoa. Se elas se atrevem a contrariar o domínio dos seus homens, é justo que sejam castigadas, inclusive assassinadas” (Stolcke, 2003:125).

Esta posição é muito objectiva e clara, e insere-se na perspectiva de género, demonstrando a submissão feminina e a desigualdade social e de género, indo de encontro com nossas crenças e fazendo com que nós adoptemos esta visão uma vez que Vai de encontro com nossas pretensões. O mesmo diremos sobre a posição abaixo mencionada.

Mejia e Arthur (2007) fazem uma abordagem de género sobre a violência contra a mulher e justificam que esta tem raízes na sociedade patriarcal, defendendo que

“as lógicas de condutas dos agressores e os discursos trazem implícito um sentido fundado num horizonte comum de ideias socialmente partilhadas. Homens e mulheres, nascendo, crescendo e vivendo numa sociedade patriarcal, incorporam a ordem dominante, o que significa não só aderir as normas, mas subscrever ideias, crenças e valores, que não se reconhece como fazendo parte de um sistema social específico, historicamente situado,

mas sim como sendo da ordem natural. É esta 'naturalização' da dominação masculina que faz com que está não necessite de se justificar constantemente" (Mejia e Arthur 2007:164).

Bourdieu define o poder simbólico como sendo "esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhes estão sujeitos ou mesmo que o exercem" (Bourdieu, 1989:8).

Esta visão de Bourdieu é essencial para a análise do nosso tema, pois através de seu estudo sobre o poder podemos depreender que a violência doméstica contra as mulheres tem uma carga simbólica, sendo exercido com o consentimento de quem a sofre. Este aspecto do poder simbólico não é somente inerente à violência, mas também ao modo como os indivíduos percebem a realidade social, e às posições sociais que eles ocupam. Acreditamos que o poder simbólico inerente à construção social da realidade e incrustado na violência doméstica contra as mulheres pode ajudar-nos a compreender e a explicar a razão que está por detrás da permanência das mulheres em relacionamentos violentos. Deste modo, o aspecto do poder simbólico é visível na posição de subordinação que as mulheres ocupam em relação aos homens na sociedade patriarcal, pois é socialmente construído, fazendo parte da ordem social dos indivíduos.

Bourdieu (1989:61) define o "*habitus* como um conhecimento adquirido e também um haver, um capital o *habitus* indica a disposição incorporada, quase postural". Este conceito está, a nosso ver, intimamente ligado ao poder simbólico, uma vez que este é a *priori* um conhecimento adquirido que os indivíduos possuem da sociedade em que vivem, e na qual é incorporado a *posteriori*. Ora se o poder simbólico, conforme Bourdieu, é um poder de construção da realidade, de construir o dado pela enunciação, de fazer crer e ver a visão do mundo, o *habitus* está inserido, nesta ordem de ideias, nessa construção da realidade, através da aquisição do conhecimento, na qual os indivíduos constroem a realidade, e a mesma realiza-se através dos processos de socialização.

Dantas-Berger e Giffin (2005) discutem a invisibilidade da violência sexual no seio do casamento, uma vez que a sexualidade faz parte do casamento, sendo dever da mulher satisfazer o seu parceiro, independentemente da sua vontade, pois é um dever conjugal

dentro do casamento. Esta análise é feita com base na distribuição de papéis sociais e na desigualdade de género dos indivíduos numa sociedade patriarcal, pelo que, afirmam:

“enquanto estudos em entrevistas com mulheres estão revelando que a violência sexual é comum, há uma relativa 'invisibilidade' desta violência nas denúncias de violência praticadas por homens contra mulheres no âmbito doméstico“ (Dantas-Berger e Giffin, 2005:418).

De acordo com as autoras,

“uma ordem social de tradição patriarcal por muito tempo 'consentiu' num certo padrão de violência contra mulheres, designando ao homem o papel 'activo' na relação social e sexual entre os sexos, ao mesmo tempo em que restringiu a sexualidade feminina a passividade e à reprodução. Com o domínio económico do homem enquanto provedor, a dependência financeira feminina parecia explicar a aceitação de seus 'deveres conjugais' que incluíam o 'serviço sexual' ” (Dantas-Berger e Giffin, 2005:419).

Esta abordagem mostra a vertente invisível que a violência sexual carrega, sendo que o acto da relação sexual na percepção androcêntrica é sentido como direito que o homem tem de manter relações sexuais sempre que lhe convier, independente do desejo de outrem. A análise feita pelas autoras ajuda-nos a compreender o sentimento e a percepção que os actores sociais têm sobre a violência sexual; demonstra que a violência, como uma componente da violência doméstica, é tornada socialmente num facto que não é observável. Isto contribui para percebermos os aspectos ligados ao indicador violência sexual, que exploramos dentro da violência doméstica contra as mulheres.

Segundo os relatos recolhidos pelas autoras, as relações sexuais ocorrem de forma naturalizada, como cláusula inerente às obrigações conjugais. De acordo com as entrevistadas, já ocorreu no seio da relação conjugal, relações sexuais sem o consentimento das inquiridoras. No entanto, este tipo de violência sexual não é denunciada (Dantas-Berger e Giffin, 2005). As autoras referem ainda que:

“a violência física exacerbou-se em alguns casos quando negaram o sexo como obrigação conjugal. O sexo vaginal forçado no casamento muito poucas vezes foi significado como 'violência', parecendo enquadrar-se socialmente e sexualmente como 'norma' na relação” (Dantas-Berger e Giffin, 2005:423).

Partindo desta visão, podemos compreender como é construída a relação sexual na sociedade patriarcal, onde as obrigações da mulher é satisfazer o seu parceiro. Através da violência sexual é também possível ver a submissão feminina e as relações desiguais de poder na sociedade androcêntrica, uma vez que a mulher casada tem como obrigação satisfazer sexualmente o seu parceiro sempre que o desejar; e o homem, a prerrogativa de ter relações sexuais mesmo que constitua uma violação sexual. No entanto, o homem não sente como violação e, em alguns casos, mesmo a mulher, pois o processo de socialização patriarcal encarregou-se de ensinar os papéis esperados para ambos, e o papel que o sexo desempenha na relação conjugal.

Cabanas (2001) faz uma abordagem de poder nas relações de género, e defende que a violência contra as mulheres é um problema de poder da sociedade patriarcal. Para esta autora, a violência é aprendida na socialização do feminino e do masculino baseadas nas relações de género.

A mesma defende que:

“de facto, antes de nada há que visibilizar a existência da violência tão incrustada nas práticas culturais que não podia distinguir-se da complexidade social. Para tornar-se visível foi preciso atribuir nome, ou nomes, à medida que se iam identificando e revelando seus distintos e diversos modos de manifestação: violência física, agressão emocional, ataque sexual, abuso [...] e se foram desemparelhando as dinâmicas e explicando as causas. Um guia condutor em todo este processo foi precisamente, relacionar a violência contra as mulheres com a posição de submissão que como género temos em nossas sociedades” (Cabanas, 2001).

Este autor afirma também que

“a socialização de género, a agressividade masculina ou a aprendizagem infantil da violência, que se dão, alimentam e proporcionam a agressão contra as mulheres, não são causais. Tem um profundo fundo comum, que é precisamente a estrutura social da desigualdade entre os géneros” (Cabanas, 2001).

A autora identifica a relação de poder entre os géneros como um motor propício e constante da agressão. Afirma e reafirma que a sua causa é estrutural nas sociedades, ou seja, a causa está no próprio sistema ou modelo societário. Vê a violência como sendo direccionada e histórica, e defende que a agressão é consequência da condição de subordinação das mulheres nas sociedade patriarcais e, portanto, é um fenómeno quotidiano. Esta visão/análise mostra-se bastante útil para a execução da nossa monografia, porque discute as relações de poder nas relações de género, o lugar de subalternização da mulher e o modelo societário patriarcal para a compreensão do fenómeno.

O Dossier da Violência Contra a Mulher: Panorama sobre a violência de género (2001) retrata os casos de violência contra as mulheres nas diversas partes do mundo. Este documento afirma que

“a violência contra a mulher encontra ‘justificativa’ em normas sociais baseadas nas relações de género, ou seja, em regras que reforçam uma valorização diferenciada para os papéis masculino e feminino. O abuso por parte do marido ou companheiro é a forma mais comum de violência contra a mulher e está presente em muitos países do mundo. A agressão pode manifestar-se de forma variada: maltratos físicos (golpes, bofetadas, pontapés, etc.), psicológico (menosprezo, intimidação, humilhações constantes) e relação sexual forçada” (Dossier Violência Contra A Mulher: Panorama sobre a violência de género. 2001:1).

O documento refere-se à estudos realizados entre 1993 a 1999, em diversos países, que mostram que “dentre as mulheres que sofrem a violência poucas são as que procuram as autoridades, buscando ajuda no seio da família ou a amigas por diversas razões como: medo de represarias, preocupação com os filhos, dependência económica, falta de apoio

da família e dos amigos e esperança de que a situação da violência venha a ter um fim” (Dossier Violência Contra a Mulher: Panorama sobre a violência de género, 2001:1,2).

No nosso entender, a baixa procura da ajuda externa por parte das mulheres vítimas de violência doméstica por parte de seus parceiros relaciona-se com o facto da violência ter um carácter estrutural e, assim, as instituições corroboram com ela, fazendo com que, as tentativas de resolução da violência no exterior do lar não sofra alterações, pois elas veiculam os pressupostos patriarcais.

Obando (2004) problematiza a violência de género através dos direitos humanos do homem, para mostrar que a violência sofrida pelas mulheres é a de género e é uma prova de que os direitos humanos são implementados imperfeitamente, e expressam uma das mais extremas desigualdades de poder entre os géneros. A autora defende que os homens exercem a violência contra as mulheres para manter seus privilégios de género.

A sua análise insere-se na perspectiva de género e faz um estudo que mostra que os direitos humanos foram criados tendo como base as leis patriarcais, mantendo a estrutura social hierárquica. A autora afirma que “as feministas sabem que o direito, uma das principais instituições do patriarcado não opera de forma neutral, a-historica ou independentes das relações de poder que vigoram na sociedade” (Obando, 2004:6). Garante-se, assim, a supremacia masculina em detrimento da feminina, o que mantém e reproduz a violência masculina contra as mulheres. O seu argumento principal é que a violência não só constitui uma forma de discriminação, como também é uma violação dos direitos humanos das mulheres.

A abordagem de Obando (2004) enquadra-se na perspectiva de género e nas relações de poder, embora o cerne do seu estudo seja a violência doméstica contra as mulheres - forma de violação dos direitos humanos das mulheres - o que não está direccionada para o nosso campo de estudo.

Sanpedro (2004) faz uma reflexão sobre a construção social do amor - ideologia do amor - que sustentam a estrutura familiar da sociedade ocidental. A sua reflexão é feita mediante o modelo amoroso (amor romântico) da cultura da sociedade ocidental, como

sendo um dos factores que facilita, favorece e sustenta a violação de género no seu estágio mais dramático, e os episódios de violência verificados no dia a dia nas relações de parentesco.

Segundo Sanpedro, este amor é uma força especial na socialização sentimental das mulheres. É visto como paixão sofredor, sacrificador. Conforme a autora a socialização feminina com base no amor romântico, sustentado pelo modelo cultural do amor ocidental é responsável pela manutenção da violência, fazendo com que a violência contra a mulher se reproduza, e que as mulheres sustentem as situações de violência, pois vêem o amor como algo que tudo suporta e se sacrifica por tudo, como afirma Sanpedro (2004:4), “ as mulheres que amam demasiadamente, aquelas que buscam o amor romântico tem mais possibilidades de viver na violência, consentir e permanecer nela porque essa relação é que dá sentido a sua vida”.

Podemos explorar esta vertente do amor romântico analisada por Sanpedro, se considerarmos que a componente da representação do amor incondicional, inerente aos conteúdos apreendidos pelas mulheres no processo de socialização, preconiza a mulher como um ser sacrificador de si mesmo em benefício de outrem ou dos membros da sua família. Ajuda-nos ainda a perceber os casos em que as nossas entrevistadas mostraram que continuavam com os seus parceiros porque os amam e amam os seus filhos, pelo que não podem ser criados longe dos seus pais. Estas percepções são construídas sem terem em conta que o estado de sacrifício pela família é um aspecto aprendido durante o processo de socialização patriarcal feminino.

Desde modo, Sanpedro mostra como se constrói a realidade social do amor nas mulheres, através da socialização da cultura ocidental do amor, e como com base sustentasse a violência contra a mulher. Nesta construção social desigual das identidades sociais dos indivíduos, Sanpedro tem como foco as mulheres, não mostra, porém, como ela é feita nos homens.

## 9. QUADRO TEÓRICO

Esta secção comporta o fio condutor que nos guiará na percepção e compreensão do fenómeno violência doméstica contra as mulheres, onde adoptaremos como teoria principal a Construção Social da Realidade de Berger e Luckmann (1985), aliado à teoria do Poder Simbólico de Bourdieu (1989), mas sempre na perspectiva de género.

A teoria da Construção Social da Realidade defende que a sociedade é entendida dentro da dialéctica, entre três momentos: a interiorização, exteriorização e objectivação dos conteúdos sociais. Esses momentos começam com o processo de socialização, no qual os indivíduos apreendem a realidade social na base de papéis e da construção de identidades sociais (Berger e Luckmann, 1985).

A interiorização, exteriorização e objectivação pertencem, por assim dizer, à 'primeira ordem', e dentro deste processo ocorre a legitimação 'segunda ordem',

“que comporta novos significados, que servem para integrar os significados já ligados a processos institucionais díspares, sua função consiste em tornar objectivamente acessível e subjectivamente plausível as objectivações da 'primeira ordem' ” (Berger e Luckmann, 1985: 127).

Sendo assim, é com base nos papéis absorvidos e identidades femininas construídas socialmente que as mulheres guiam as suas vidas e percebem a realidade tal como a percebem. É de salientar que a violência é frequentemente apadrinhada pelos valores culturais e sociais, e percebida como resolução de conflitos e demonstração da masculinidade. A nossa hipótese de que as mulheres financeiramente independentes permanecem em casamentos que ocorre a violência doméstica devido à posição de subordinação em que se encontram na sociedade patriarcal, construída com base nas relações desiguais de género, é entendida e explicada com base nesta teoria, partindo do princípio de que essa construção desigual do feminino e do masculino é realizada nos processos de socialização, que iniciam na infância.

Neste processo, ensinam-se os indivíduos do sexo masculino a ser activos, agressivos, frontais e os do sexo feminino, a ser tolerantes, passivas, compreensivas, e/ou submissas. A violência doméstica contra as mulheres é justificada e explicada pela

sociedade como algo inerente ao ser masculino e ao casamento, que a mulher tem de suportar, pois o lar é assim mesmo.

Esta forma de perceber a violência é diferencialmente transmitida de geração em geração, sendo clara para homens e mulheres, conforme o papel social que cada um tem. Importa referir que as normas, os papéis, os valores sociais absorvidos são explicados e justificados pelos próprios actores sociais e pela sociedade em geral, pertencendo este processo a legitimação, pois ela é o que Berger e Luckmann definem de processo de explicação e justificação. É de recordar que o processo em que tudo isto se dá é assente na construção desigual das identidades sociais e em relações de poder entre homens e mulheres.

De acordo com Berger e Luckmann (1985:103), “ao interiorizar estes papéis, o mundo social torna-se subjectivamente real para ele”. Com a absorção do papel e da identidade de ser mulher, ligada geralmente às representações de sentimentos ligados à ternura, à tolerância, à paciência, à dor e ao sofrimento, as mulheres não só acreditam e vêem e a realidade de acordo com o seu papel social (porque são ensinadas que isso é que é ser mulher), como também defendem e reproduzem essa posição submissa.

A construção social das identidades também ajuda-nos a ler o fenómeno e a perceber a permanência das mulheres em casamentos violentos, uma vez que segundo os autores:

“a identidade é evidentemente um elemento chave da realidade subjectiva, e tal como toda a realidade subjectiva, acha-se em relação dialéctica com a sociedade. A identidade é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social” (Berger e Luckmann, 1985: 228).

Daqui podemos depreender que é com base nas identidades construídas socialmente que os indivíduos geram as suas vidas, de modo que a construção identitária do feminino construída com os itens descritos no trabalho, possibilita-nos a entender a permanência das mulheres nos casamentos violentos e as suas causas, uma vez que essa identidade é perpassada por significações e visões que se têm da realidade social e do mundo.

Os autores falam também do universo simbólico, que é:

“construído por meio das objectivações sociais, através da atribuição de significados que excede muito o domínio da vida social. A cristalização dos universos simbólicos segue todo o processo de objectivação, sedimentação e acumulação de conhecimento, isto é, eles são produtos sociais que tem uma história, e para entendermos seus significados temos de entender a história de sua produção” (Berger e Luckmann, 1985: 132,133).

O trecho acima é bem elucidativo e ajuda-nos a compreender o fenómeno da violência doméstica contra as mulheres, interiorizada através da absorção das identidades e papéis sociais, **envoltas** dentro de universos simbólicos. Defendemos que esta é produto da sociedade e da socialização patriarcal, e que ela tem uma história e um longo percurso. Se percebermos como se produz e reproduz a sociedade patriarcal, entenderemos então a dinâmica da violência doméstica contra as mulheres.

A teoria do poder simbólico consiste em demonstrar que o poder encontra-se em todos os lugares e em todas as partes e que este pode adquirir uma forma invisível, tornando-se deste modo completamente ignorado e reconhecido (uma das características do poder simbólico). O autor define o poder simbólico como “esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhes estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (Bourdieu, 1989:8).

O poder simbólico é, segundo Bourdieu, 1989:8, um “poder de construção de realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica<sup>14</sup>: o sentido imediato do mundo” (Bourdieu, 1989: 9), tornando-se num poder ignorado e reconhecido uma vez que os indivíduos não têm consciência objectiva dele, pois ele é que constrói as suas realidades (sociais) apreendidas no mundo social. É dentro desta apreensão do poder simbólico como o sentido imediato do mundo, que o mesmo se torna num poder “natural”; e as construções sociais ganham a sua naturalidade.

Ora, se a violência doméstica tem um carácter estrutural, com suas raízes na ordem androcêntrica vigente nas sociedades, encontra-se inserida dentro das construções sociais da realidade — daí a sua persistência — fazendo deste algo natural e pertencendo ao 'mundo' dos homens, do ser masculino e aceite como tal, pelos próprios

---

<sup>14</sup> Deriva de gnosiologia, que referece ao estudo do conhecimento, especialmente do valor de estudo objective(...), de acordo com o Dicionário Universal da Língua Portuguesa, 1995.

homens e pelas mulheres, encontrando justificação nas normas e hábitos culturais e sociais.

Isto nos faz depreender que a violência contra as mulheres não é somente uma questão de poder e da submissão da mulher à superioridade masculina, mas que a mesma está envolvida por um poder simbólico, e é este carácter simbólico, que permite que a violência doméstica contra as mulheres seja reconhecida e construída como a realidade, como o sentido imediato do mundo, dentro da lógica de Bourdieu.

Esta construção da realidade social, feita com base na construção desigual das identidades sociais, onde a violência é entendida como normal e inerente à natureza do homem, faz com que os actores sociais masculinos façam uso dela como forma de manter o seu poderio. O mesmo só permanece porque as mulheres aprendem e assumem-na como parte das suas realidades sociais, sem ter em conta o seu lugar de submissão que a sociedade patriarcal lhe atribuí, dando elas próprias prosseguimento a este modelo patriarcal.

Usando a análise Durkheimiana da festa, Bourdieu refere que:

“os símbolos são os instrumentos por excelência da 'integração social': enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social” (Bourdieu, 1998:10).

Os símbolos e os sistemas simbólicos estão inseridos e fazem parte do poder simbólico, de modo que:

“enquanto instrumentos estruturantes e estruturados de comunicação e de conhecimento os 'sistemas simbólicos' cumprem a sua função política de imposição ou legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica)” (Bourdieu, 1989:11).

Apesar de Bourdieu, 1989:11 restringir-se mais sobre o aspecto político, é possível, por analogia, depreendermos que situação semelhante ocorre no que concerne à violência contra as mulheres, exercida pela classe dominante, neste caso, os homens

(superioridade masculina) sobre a classe subordinada — as mulheres, assegurando assim a dominação masculina e a submissão feminina, sendo que os 'sistemas simbólicos' têm a função de, como muito bem o autor expõe, impor ou legitimar a superioridade masculina, incluindo a violência contra as mulheres. A sua imposição pode ser concretizada não somente pela força física, mas principalmente pela socialização dos indivíduos, que está carregada de símbolos e de sistemas simbólicos típicos de uma sociedade patriarcal, que constrói, aceita e legitima a violência e a superioridade masculina.

Sendo este poder invisível, de construção da realidade (social) e reconhecido, ele torna – se ou é tomado como 'natural'. É importante não nos esquecermos que a submissão das mulheres é vinculada por uma relação de poder própria da sociedade androcêntrica que não é sentida como socialmente construída, mas como determinação biológica baseada no sexo. Essa submissão só persiste porque tem um carácter simbólico, ou seja, é uma realidade construída.

Importa, porém, referir que o uso da violência é aplicada quando o poder simbólico começa a entrar em declínio, pois segundo Bourdieu (1989), este poder é capaz de colher melhores resultados e é mais eficaz do que a violência física. Ou seja, o poder simbólico é interiorizado pelos actores sociais, de modo que a violência se torna a realidade dos actores sociais, não a contestando. Quando o poder começa a ser contestada ou deixa de responder a certas realidades, a violência física toma lugar. A violência doméstica contra as mulheres desempenha o papel de “manutenção e reprodução do poder masculino e de sua hegemonia” (Guedes et al. 2007:8).

Bourdieu afirma que:

“ os 'sistemas simbólicos' como instrumentos de conhecimento, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica<sup>15</sup>: o sentido imediato do mundo. “Os símbolos são os instrumentos por excelência da 'integração social': enquanto instrumentos

---

<sup>15</sup> Deriva de gnosiologia, que referece ao estudo do conhecimento, especialmente do valor de estudo objectivo.

de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração 'lógica' é a condição da integração 'moral' ” (Bourdieu, 1989:9,10).

Ainda na mesma ordem de ideias Bourdieu afirma:

“O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, desde modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo, poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força, graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário” (Bourdieu, 1989:14).

Isto significa que o poder simbólico reside nos sistemas simbólicos e define-se numa relação determinada por meio desta, entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, ou seja, é na própria estrutura do campo em que se produz e reproduz a crença. O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer irreconhecível, transfigurada e legitimada das outras formas de poder, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia (Bourdieu, 1989).

As identidades sociais estão carregadas de poder simbólico, o que faz com que os indivíduos não se desprendam delas, e qualquer mudança é sempre dolorosa e difícil. Isso ocorre também com o fenómeno da violência doméstica contra as mulheres, que fazendo parte da sociedade patriarcal e do poder simbólico, permanece entre as relações sociais dos indivíduos. Com toda esta carga simbólica e legitimação social, ela não escolhe a classe social, a raça, a etnia, afectando todos os indivíduos.

## **9.1 GÉNERO E PODER NA ANÁLISE DOS CONTEÚDOS INERENTES À VIOLÊNCIA**

### **9.1.1 CONCEITUALIZAÇÃO**

Parte-se do principio que a conceitualização “é mais do que uma simples definição ou convenção terminológica. É uma construção abstracta que visa dar conta do real; trata-

se de uma construção selecção” (Quivy e Campenhoudt, 1998:121,122). Nesta secção, discutiremos os diferentes conceitos por nós encontrados ao longo das literaturas consultadas e apropriarmo-nos-émos dos que mais se enquadram na nossa temática. Os conceitos chaves da nossa monografia são: **Violência doméstica contra as mulheres, Género, Patriarcado e Poder.**

A **Violência doméstica contra as mulheres** é definida como todo o padrão de conduta associado a uma situação de exercício desigual de poder, que se manifesta no uso da força física, violência psicológica, patrimonial, sexual, intimidação ou perseguição contra as mulheres (Fórum Mulher, 2006).

Mejia et al. (2004) apropriam-se da definição de Heise (1999)<sup>16</sup> e definem a **Violência doméstica contra as mulheres** como todo o acto que implica a utilização da força verbal ou física, a coação ou a privação que signifique uma ameaça para a vida, dirigida contra a mulher ou a rapariga, que ocasione danos físicos ou psicológicos, humilhação ou privação arbitrária da liberdade ou que perpetue a subordinação da mulher.

Estas duas definições reflectem sobre muitos aspectos inerentes à violência conjugal, no entanto, não mencionam a violência simbólica que é crucial para a percepção da violência doméstica contra a mulher, pois a mesma possui uma carga simbólica de construção social da realidade. Bourdieu (1989) entende a **violência simbólica** como uma violência que se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante quando não dispõe, para o pensar a sua relação com ele, senão de instrumentos de conhecimento que tem com ele em comum, fazem com que a relação de causa da qual o seu ser social é produto pareça natural.

Esta visão espelha o aspecto relacional do poder e a aceitação dessa violência pelo dominado, de acordo com o universo de conhecimento partilhado pelos actores sociais que compõem a sociedade. Para o nosso trabalho, esta vertente do poder é de crucial importância para responder à nossa inquietação, de forma que a definição de violência

---

<sup>16</sup> HEISE, Lori; PITANGUY, Jacqueline; GERMAIN, Adrienne. Violence against women. The hidden health burden.- World Bank Discussion Paper, n°225. 1994.

doméstica contra as mulheres que adoptaremos faz menção a este aspecto do poder como relacional.

De acordo com o acima exposto, apropriaremos-nos da definição de Osório et al (2001) que vêem a violência como uma forma de resolução de conflitos no contexto das relações de poder, onde quem detém o poder exerce-o, e o/a subordinado/a, por falta de capacidade de resposta e de poder (pela posição subordinada ao mesmo), aceita-o ou é obrigado/a a aceitá-lo. O poder estrutura-se através do exercício sobre a mulher. Legitimado não só põe quem o exerce, mas também quem o sofre, na ‘ cumplicidade ’ da sua subordinação, que reproduz o *status quo* das relações de poder no contexto da violência.

**O Género** é definido por Camacho (2001) como construção cultural que estabelece o que socialmente se considera masculino ou feminino, e é também uma questão de poder da supremacia masculina e da subordinação feminina.

Outra definição encontramos em Facio (1992), segundo o qual **Género** se refere à dicotomia sexual, imposta socialmente, através de papéis e estereótipos, que fazem aparecer os sexos como diametralmente opostos, ou seja, o género é uma construção social.

Estas duas definições acima mencionadas mostram o aspecto social que está na base do género através da diferença dos sexos dos indivíduos. A primeira realça a questão do Poder que envolve esta construção social do feminino e masculino, o que não se verifica na segunda.

Saffioti (1980) recorre a Butler (1990)<sup>17</sup> para definir **Género** como uma relação entre sujeitos socialmente constituídos em contextos passíveis de especialização. Tem uma óptica relacional ou contextual, sugerindo que aquilo que a pessoa *é*, e até mesmo aquilo que o género *é*, é sempre relativo às relações construídas nas quais é determinado.

---

<sup>17</sup> A obra de Butler não se encontra referenciada na obra de Saffioti.

Apesar de se referir ao aspecto social e contextual na construção do género e ainda ao aspecto relacional no qual o género se encontra, a definição não faz menção ao factor relações de poder na construção do género. Dentre esta definições expostas apropriamos da definição de género de Scott (1986), pois esta parece-nos mais abrangente e envolve os aspectos referidos nas outras definições, e expõe explicitamente os elementos: símbolos culturalmente disponíveis, a identidade subjectiva, conceitos normativos e a noção do político.

Scott define o **Género** como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre o sexo, e é uma forma primeira de significar as relações de poder. O género possui quatro elementos relacionados entre si, nomeadamente: símbolos culturalmente disponíveis que invocam representações múltiplas; conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos; tem de incluir uma noção do político, tanto quanto uma referência às instituições e organizações sociais; e por fim a identidade subjectiva.

O conceito de patriarcado é discutido por Facio (1992) e Hierro (2001). A primeira define o **Patriarcado** como um conjunto de práticas, crenças, mitos, relações, organizações e estruturas estabelecidas numa sociedade, cuja existência é constante e contundente, e que junto com outras instituições estreitamente ligadas entre si, criam e transmitem de geração em geração a desigualdade. Estas instituições funcionam como pilares na manutenção do 'homem modelo' em cima de cada uma delas, de maneira que tudo o que com ele se relaciona se sobrevalorize de outros valores. Estas hierarquias em cada instituição funcionam como mecanismos que oprimem a todas as mulheres e a quase todos os homens.

Para Hierro (2001), **Patriarcado** é uma estrutura de poder que se institucionaliza na família, se reforça na sociedade civil e se legitima no estado. Este domínio patriarcal mantém-se e perpetua-se por meio da violência de género, e a sua finalidade é conservar a autoridade e controlar o colectivo feminino pelo grande valor que representam as mulheres para os homens, em sua dimensão erótica e capacidade reprodutiva.

As definições apresentadas por estas autoras são exaustivas e focalizam de um modo geral os mesmos aspectos, com algumas diferenças no tocante à abrangência. Sentimos

que Facio faz uma definição mais abrangente enquanto Hierro focaliza mais o patriarcado em relação à mulher, pelo que nos apropriamos da sua definição para guiar o trabalho.

**O Poder** é definido por Faleiros et al. (2000) como uma força que alguém tem e que a exerce visando alcançar objectivos previamente definidos. O poder pode ser exercido de diferentes formas e na sua forma autoritária é validado e auto-validado pela autoridade de quem o detém e decide.

Esta forma de ver o poder parece-nos muito limitada, uma vez que as autoras se centram no aspecto autoritário do poder e somente o vêem de forma unidireccional e de modo coercivo para quem o sofre. Percebem-o como uma força que é exercida sobre alguém sem, no entanto, o verem como algo relacional e concedido por parte de outrem, ou sendo de carácter unidireccional.

Segundo Foucault (1976), o **poder** deve ser compreendido como a multiplicidade de relações de força imanentes ao domínio em que se exercem e constitutivas da sua organização, o mecanismo que por via de lutas e de confrontos incessantes, as transforma, as reforça, as inverte, os apoios que essas relações de forças encontram umas às outras.

Por sua vez, Bourdieu (1989) define o **Poder** em termos de campo de poder, que são as relações de força entre as posições que garantem aos seus ocupantes um *quantum* suficiente de força social, ou de capital, para que estes tenham a possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder. Entre estas, possuem uma dimensão capital as que têm por finalidade a definição de forma legítima de poder.

Nota-se que as duas últimas definições são semelhantes, porém, diferem na linguagem ou no modo de expressão. Embora Bourdieu fale de campo de poder em vez de poder, os conteúdos são praticamente os mesmos. Mostram claramente que o poder é relacional e um processo contínuo. Escolhemos a visão de Foucault porque espelha, no nosso entender, os aspectos organizacional, relacional, dinâmico e múltiplo, dos quais o poder está revestido. Nestes aspectos, o poder não é coercivo, é percebido como relações de força.

## 9.2 INDICADORES DOS CONCEITOS

Os indicadores são instrumentos que nos permitem observar os conceitos (Quivy e Campenhoudt, 1998). A violência contra as mulheres pode assumir diversas formas, no entanto, estudá-la-emos com base em três indicadores: a **física**, a **sexual** e a **psicológica**. A razão da escolha destes deve-se ao facto de algumas literaturas (Ex. Panorama sobre a violência de género, s/d) mencionarem estes como os mais frequentes e comuns no concernente a violência doméstica.

**Violência física** – toda a acção ou omissão que produza um dano à integridade corporal das mulheres que não esteja tipificado como delito no Código Penal (Fórum Mulher, 2006).

**Violência sexual** — qualquer acto onde o parceiro tenta ou consegue forçar um beijo, toque no corpo do seu companheiro sem a sua vontade, tenta ou consegue praticar sexo ou inserir o seu pénis em local que o companheiro não queira ou não se sinta à vontade com o acto, mesmo sem a penetração vaginal, toques nas partes privadas contra a sua vontade ou force a qualquer outro tipo de relações sexuais (vaginal, anal, oral) (Pelser, Gondue, et al. , 2005).

**Violência psicológica** – qualquer acto em que um parceiro proíbe o outro de se comunicar com outras pessoas, limita os seus movimentos fora de casa (depois dos 18 anos de idade), humilha-o em frente de outros, insulta e age de forma possessiva ou manipuladora contra a vontade de outro (Pelser; Gondue et al., 2005).

## 9.3 DIMENSÕES DOS CONCEITOS

O conceito de violência física pode ser medido por dimensões como: empurrões, lesões corporais, espancamento resultante da violência doméstica contra as mulheres exercidas pelos maridos/parceiros.

A psicológica é medido pelos insultos e quebra da auto-estima derivados da violência. A sexual é difícil de ser medida, de modo que teremos como dimensão a violação sexual praticada pelos parceiros.

As mulheres casadas terão como indicadores o número de anos em que se encontram a viver em relações conjugais, que têm que ser acima de 1 ano de acordo com a nova Lei de Família.

Quanto à independência financeira, será medida com base na detenção ou não do seu salário ou recursos provenientes do seu trabalho remunerado.

## **10. RESULTADOS DA PESQUISA**

### **10.1 Características sócio — demográficas das entrevistadas**

Como referimos anteriormente, a amostra é composta de nove mulheres trabalhadoras na esfera pública, que se encontram e/ou se encontravam em relacionamentos violentos. Esta secção visa mostrar certas características sócio - demográficas inerentes à amostra, que nos foi possível apurar. As mesmas estão relacionadas com a faixa etária, tempo em que se encontram no emprego, modalidade de casamento e o sector do trabalho.

Quanto à situação da faixa etária, temos mulheres maioritariamente jovens, onde as idades variam entre os 28 aos 48 anos. A faixa etária com o maior número de mulheres é a dos 35 – 45 anos de idade, e somente uma tem idade superior a 45 anos de idade, conforme mostra a tabela que se segue.

Faixa etária	Número das mulheres
28 — 35	2
35 – 45	6
45 — 55	1

No concernente às modalidades de casamento, todas as mulheres vivem ou viveram em relações conjugais, e estas variam entre 5 anos a 23 anos de convivência conjugal. As mesmas foram um instrumento para verificar o tipo de relação conjugal em que as entrevistadas se encontram. Assim sendo, 4 mulheres vivem em união de facto (sem

terem realizado o lobolo), 3 contraíram o casamento civil e 2 mulheres realizaram o lobolo.

Tendo em conta a situação laboral das mulheres relativo aos sectores formal e informal, temos: 6 mulheres com um emprego, no sector formal, e 3 mulheres com emprego, no sector informal. Os anos de trabalho variam entre 1 a 24 anos, onde podemos constatar que, *grosso modo*, as nossas entrevistadas trabalham à mais de cinco anos.

Anos de trabalho	Número das mulheres
1 – 5	2
5 – 10	2
10 — 15	1
15 — 20	2
20 — 30	2

Apesar de todas as mulheres trabalharem, verificamos que 5 delas já estavam empregadas antes da constituição da união conjugal, e as restantes começaram a trabalhar na esfera pública, dentro da união conjugal.

## 10.2 Análise dos dados

A análise dos resultados será feita tendo em conta as dimensões da independência financeira e a disponibilidade de rendimentos, o acesso ao emprego, o prosseguimento dos estudos, a situação de violência, os mecanismos de defesa da mesma e as estratégias de autonomia, e por fim as diversas formas de controlo masculino. Avaliaremos o controlo das contas bancárias como uma dimensão do controlo dos rendimentos, para melhor se reflectir a situação da independência financeira.

Começamos por analisar a independência financeira das entrevistadas que está associada ao controlo dos rendimentos. Assim, das nove mulheres entrevistadas, notamos que 8 delas preenchem os requisitos da categoria da mulher pretendida, isto é, a independência financeira. De acordo com o que entendemos por independência financeira - ser trabalhadora, na esfera pública, e ter o controlo do seu

dinheiro/rendimento, são e/ou foram casadas e sofrem e/ou sofreram de violência doméstica nas suas relações conjugais.

A senhora Melissa não se enquadra na nossa categoria, uma vez que, mesmo sendo trabalhadora na esfera pública, ela não controla o seu salário, não tendo desta forma uma independência financeira em relação ao seu parceiro. Isto mostra que não basta ter um emprego remunerado para ser independente. Desta forma começaremos por analisar a situação de controlo do dinheiro.

No concernente ao controlo do seu dinheiro e das contas bancárias, podemos notar que, embora este constitua uma realidade para as entrevistadas, a situação não é uniforme porque, enquanto umas afirmaram sempre deter o controlo, para outras o mesmo passou por um processo de conquista. O mesmo passou-se quanto ao controlo das contas bancárias, no entanto este dispositivo não ocorre quando se trata das contas conjuntas e as dos seus maridos.

Como já referimos, para algumas destas mulheres, este controlo nem sempre foi delas, tendo passado das mãos dos maridos para as suas. Este processo de conquista do controlo dos seus rendimentos obedeceu a estratégias como, a recusa de mostrarem o dinheiro aos maridos, aberturas de contas a revelia e enterrar o salário de modo a escondê-lo. Eis a seguir a tabela ilustrando aspectos ligados ao casamento e ao controlo do dinheiro, para melhor percebermos como se processa a independência financeira das nossas entrevistadas.

<b>Numero da Entrevistada</b>	<b>Duração do Casamento</b>	<b>Controle do Dinheiro</b>	<b>Controle das Contas Bancárias</b>
Maria	8 anos	1º era ela, depois, ele, e passado um tempo ela conquistou o controle do seu dinheiro.	Ela controlava, todas as contas, inclusive a conjunta depois ele passou a controlar as mesmas e por fim ela voltou a ter controle de sua conta individual.
Marta	10 anos	Ela própria	Ela não tem conta, o marido controla a conta dele.

Matilde	7 anos	Ele	Ele controlava todas as contas.
Mariana	17 anos	Ela	Ela controlava sua conta e ele a dele. Não tinham conta conjunta.
Melta	22 anos	1º ele é que controlava, depois ela passou a controlar.	Conta individual que ela controla, a outra pertence ao marido e o próprio controla
Monica	12 anos	1º ele e depois o controle passou para ela.	Ele controlava as contas dele, ela só controlou a sua conta quando abriu uma.
Mirna	5 anos	Os dois, os dinheiros de ambos eram geridos em conjunto.	Cada um controla a sua. O controle da conta conjunta era feito por ambos.
Minorca	17 anos	Ela	Contas individuais e cada um controla sua
Melissa	23 anos	Ela	Ela controlava as suas contas, ele não tinha conta.

Como se pode observar, quanto ao controlo dos seus salários, a Marta, a Mariana, a Minorca e a Melissa afirmaram veemente que sempre controlaram os seus salários, e as restantes afirmaram que numa primeira fase o controlo dos seus salários estava a cargo dos seus parceiros e, em determinado momento, elas é que passaram a controlar. A Mirna disse que a gestão dos seus salários era conjunta, mediante a apresentação dos rendimentos.

Notamos que no referente às contas conjuntas, os maridos têm pleno controlo delas, informando apenas sobre os movimentos feitos. Esta situação de controlo do salário e das contas bancárias não obedeceu a uma linha constante, conforme mostra a tabela, tendo o controlo variado de mão, em certos momentos.

Encontramos um caso particular, da Maria, que afirmou que enquanto o marido trabalhava ela controlava o seu dinheiro e todas as contas do casal (facto que só se verificou porque o mesmo se encontrava a trabalhar longe de casa), no entanto, quando este regressa sem emprego, ela transferiu o controlo do seu salário para ele, como uma tentativa de manter a auto-estima do marido e fazê-lo sentir-se “macho”. No que

concerne às contas, a entrevistada alega que deixava que ele fosse levantar o dinheiro e faziam a gestão conjunta, embora muitas vezes este somente a informasse que retirou determinada quantia, e mesmo que isso não a agradasse, ela não abordava o assunto para manter as boas relações familiares.

Já com a Melta, o processo foi inverso, começando ela por mostrar o salário ao seu marido, que levava todo o dinheiro e ia gastar com coisas que ela nem fazia ideia, chegando ao ponto de este lhe roubar o dinheiro quando esta o guardava em casa. Este facto fez com que ela parasse de lhe apresentar o seu salário e passasse a escondê-lo, o que a fez abrir posteriormente a sua conta individual para poder ter o controlo do seu dinheiro. Como podemos ver, a conquista do controlo dos seus salários não foi pacífica por parte destas mulheres, elas tiveram que usar todas as estratégias possíveis para ganhar tal controlo.

Nos casos em que o controlo das contas bancárias passou da mão deles para elas, foi uma forma de rompimento com o controlo masculino em que se encontravam e em todos estes casos acabaram em separação do casal, de modo que notamos que a conquista do controlo dos seus salários ou contas bancárias como uma forma de se libertarem da dependência económica em relação aos seus maridos. Outra forma foi a resistência ou persistência em continuar o trabalho, embora isso trouxesse problemas no seu lar.

Categorizamos, deste modo, quatro mulheres que sempre tiveram o controlo do dinheiro, em duas das quais o controlo passou dos maridos para elas, e nas restantes, numa o controlo do dinheiro era conjunto, e noutra o controlo foi rotativo, sendo ela primeira a deter o controlo do dinheiro do casal, depois ele e a seguir ela voltou a controlar somente o seu dinheiro.

A situação do controlo das contas individuais não se difere muito do acima exposto. As cinco inquiridoras sempre controlaram as suas contas individuais. Destas, uma não tem conta individual, a outra tem o controlo da sua conta embora nem sempre tenha sido assim, passando o controlo dele para ela, e a outra o controlo passou dela para o esposo e depois voltou a controlar a sua conta.

Com vista ao controlo dos rendimentos, estes recursos foram usados porque, segundo elas, a principio mostravam os seus salários e todo o seu rendimento aos seus maridos, e estes por sua vez faziam o uso do mesmo sem consulta e aprovação delas, não podendo, assim, fazer o uso que julgavam necessário fazer com os seu dinheiro. Estas mulheres usaram diversos recursos para poderem ter o controlo do seu dinheiro e dos seus rendimentos.

No caso das mulheres que afirmaram sempre deter o controlo do dinheiro e dos seus rendimentos, duas delas já se encontravam a trabalhar antes da relação conjugal e as restantes começaram a trabalhar porque sentiram necessidade de terem o seu dinheiro, para poderem satisfazer as suas necessidades. A manutenção deste controlo é resultado das estratégias usadas de uma forma incessante atrás mencionadas. O processo de conquista do controlo dos rendimentos deve-se ao facto da posição da superioridade masculina exigir que este desenvolva mecanismos de controlo. Também deve-se ao facto de, durante o processo de interiorização, exteriorização e objectivação dos conteúdos sociais, os homens aprenderem a ser os provedores e chefes de família conforme o seu papel social.

As mulheres não somente lhes cabe o âmbito doméstico, onde são melhor controladas, como também devem obedecer a seus maridos, de forma que embora empregadas na esfera pública, o controlo do rendimento é feito pelos esposos, pois sendo provedores devem controlar o dinheiro no lar. Esta situação ocorre porque faz parte da ordem social partilhada por todos os actores sociais, inclusive pelas mulheres. Por isso, o controlo dos rendimentos por parte das mulheres passa por um processo de conquista, e quando isto ocorre significa automaticamente que o controlo masculino diminuiu.

O mesmo é possível porque as identidades sociais não são estanques, elas “são formadas por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais” (Berger, Luckmann 1985:228), e as mesmas sofrem mudanças, e cada alteração implica remodelação no papel social esperado, e como já sabemos aquando da absorção dos papéis sociais pelos indivíduos, o mundo torna-se subjectivamente real para eles, segundo os autores. As mudanças por sua vez geram ou provocam conflitos, negociações e conquistas, e é com base nelas que as mulheres

conseguiram ocupar um espaço na esfera pública assim como o controlo dos seus rendimentos.

Tudo isto leva-nos a concluir que estas mulheres têm uma independência financeira em relação aos parceiros, embora esta não seja linear a todas, e ela é precária pois as estratégias para a manutenção do mesmo são incessantes e constantes. A mesma passa por um processo complexo e conflituoso, tendo algumas conquistado o direito pelo controlo do seu dinheiro e dos seus rendimentos, e para tal usaram recursos como, enterrar o dinheiro, esconder nos armários e abrir contas à revelia do marido.

Recordando que esta luta pelo controlo dos rendimentos pode ser entendida tendo em conta as desigualdades sociais com base no poder, nas relações de género. Sendo os homens detentores do poder, possuem diversos mecanismos de controlo, para manter o seu poder. Assim, embora as suas mulheres conquistem a esfera pública por via do seu trabalho, o controlo masculino faz sentir-se através do controlo dos rendimentos das mulheres, de modo que a independência financeira das mulheres passa por um processo conflituoso. Importa lembrarmo-nos de que esta forma de estar é apreendida e torna-se a realidade dos indivíduos e modo de vida, mas este controlo não é questionado e nem posto em causa, nem pelas mulheres nem pela sociedade. Por essa razão a independência financeira da mulher é conquistada.

### **10.3 O Acesso ao emprego e a esfera pública**

A dimensão que se segue retrata o acesso ao emprego, por parte das entrevistadas, mostrando que esta situação de mulheres trabalhadoras na esfera pública não foi pacífica e nem consentida pelos esposos. Esta falta de permissão para trabalhar fora do lar foi abrangente a todas, mesmo para aquelas mulheres (cinco das entrevistadas) que já tinham um emprego antes da convivência conjugal. Este aspecto não serviu para que este lugar na esfera pública não fosse posta em questão. Os seus esposos tentaram persuadi-las a deixarem os seus empregos, e a centrarem-se no âmbito doméstico. Uma vez que estas insistiram em trabalhar, notou-se que para algumas, os esposos escolhem o tipo de trabalho que podem exercer.

Aqui podemos ver que as relações dentro do lar são permeadas de relações de poder, uma vez que as mulheres têm de pedir permissão para poderem ter um emprego fora do

domínio doméstico, e são sujeitas a exercer o trabalho escolhido pelo marido, na esfera pública. Esta disposição está intimamente ligada a identidade social feminina e à sua posição de submissão dentro da sociedade. É possível também verificar que as mulheres devido à sua posição são 'objecto' do controlo masculino, e neste caso, dos seus maridos.

Para aceder ao espaço público, as mesmas devem pedir permissão, pois este lugar não lhes é destinado, não combina com o seu papel de mulher, aquilo para o qual foram socializadas, assim como com a sua posição de submissão. Assim, negociam o acesso ao emprego remunerado fora do lar e asseguram o cumprimento integral do papel social esperado e também da sua posição na sociedade androcêntrica, e através disso transparecem o facto da sua dominação ser com o seu consentimento, ou conforme Bourdieu, sua cumplicidade.

Este controlo da mulher está permeado de uma carga simbólica, de modo que a esfera pública significa um espaço de ausência de controlo do esposo e, por isso, o emprego é sempre posto em causa e nunca consentido. A escolha do trabalho é também em função do controlo da mulher, pois os empregos são divididos em aqueles que as suas mulheres podem trabalhar e aqueles em que elas não podem, pois como suas esposas e suas 'propriedades' elas não podem trabalhar onde lhes convier, onde o controlo dos esposos é inexistente e/ou onde estão à mercê do controlo dos outros homens (Ex.: os seus chefes). Este controlo faz parte dos deveres e direitos do papel social do homem, na sociedade patriarcal, que não só é aprendido durante o processo de socialização, como também constituiu uma norma social e como tal legitimada, de modo que se torna plausível para os indivíduos.

No que concerne à situação laboral *versus* consentimento do marido, todas as mulheres da nossa categoria trabalham, mas esta situação de trabalhadoras gera conflitos na relação conjugal, mesmo para aquelas que já trabalhavam antes de viverem conjugalmente. Os motivos alegados pelos maridos, para o não consentimento do trabalho fora do lar estão relacionados com o facto de estes se verem como os provedores da família e assim o seu lugar é a esfera pública, enquanto o doméstico e a esfera privada pertencem às mulheres. Deste modo, alegavam que o emprego iria desviá-las das suas tarefas e funções de mulheres/esposas, mães e donas de casa, para

além de que o trabalho é visto e sentido pelos mesmos como um local onde as suas mulheres iam traí-los, ou mesmo como uma desculpa para poderem encontrar-se com os seus amantes.

A manutenção e o começo do trabalho para aquelas que iniciaram depois do casamento, passou sempre por um processo de conflito e de negociação, tendo elas tido que adoptar várias estratégias para conseguirem trabalhar e manter o seu trabalho. Das várias estratégias usadas encontram-se as separações, insistência no trabalho mesmo contra a vontade do marido e as reuniões familiares, como forma de persuadirem os seus maridos para as deixar trabalhar e em alguns casos procurando permissão para tal, ou ainda visando a manutenção do mesmo.

Assim, podemos agrupá-las quanto ao consentimento ao trabalho: uma mulher que sempre teve o consentimento do marido para trabalhar; três inquiridas que após algum tempo os maridos não consentiam que continuassem empregadas, duas entrevistadas que os maridos consentiam que trabalhassem, mas estes determinam/determinavam o tipo de trabalho; e finalmente três mulheres nunca tiveram o consentimento dos maridos para ter um emprego.

Podemos depreender que o emprego na esfera pública está associado ao controlo masculino, pondo em causa o mesmo, assim como o poder relegado aos homens nas relações de género. Tem ainda a ver com as construções sociais que designam o doméstico e o privado como campos sociais e o lugar das mulheres. O emprego fora dos seus lares passa então por um processo de conflitos e negociações, pois isto implica ceder um lugar às mulheres no espaço destinado aos homens e principalmente porque enfraquecem o controlo masculino.

#### **10.4 A Continuidade dos estudos**

O prosseguimento dos estudos - factor semelhante ao acesso ao emprego - também passou por muitos processos de negociação e até mesmo de desobediência, pois alguns maridos exigiram que as suas esposas não prosseguissem com os seus estudos, alegando que isso faria com que elas se descuidassem dos afazeres domésticos, e criaria espaço para traições. Esta exigência não surtiu efeito em algumas das nossas entrevistadas que

prosseguiram com os estudos, sempre contra a vontade dos maridos e usando das mesmas estratégias utilizadas para poderem trabalhar. Esta situação verifica-se mais nas mulheres com formação superior.

Para poderem manter os seus empregos e dar continuidade aos estudos, as mulheres tiveram que assegurar que o papel social de mulher não sofreria alterações, o que fez com que elas duplicassem as suas tarefas, uma vez que para além de trabalharem na esfera pública, tinham que garantir que o seu papel de dona de casa, mãe e esposa não sofresse interferência e se mantivesse na mesma. Outra forma de negociar esta situação foi a saída de casa (voltavam a casa de seus pais). Algumas das inquiridas, em determinado momento, optaram por fazer, alegando que se os seus esposos não as deixassem trabalhar então elas não voltariam ao lar, exemplo disso foi o caso da Mónica e da Melissa.

O facto de as entrevistadas prosseguirem com os seus estudos não foi bem visto por parte dos seus maridos, pois a escola é também um espaço em que os mesmos não conseguem controlar as suas mulheres e estas estão sujeitas ao controlo de outros homens. O consentimento para os estudos e para trabalharem não foi dado de livre vontade, mas sim porque estes não conseguiram contornar as estratégias usadas pelas esposas para seguir em frente com as suas vontades. Isto mostra como são compreendidas as identidades sociais das mulheres dentro da sociedade patriarcal onde, de acordo com Berger e Luckmann (1985), os papéis sociais estão em coordenação com a sociedade, e esta fornece os conteúdos com os quais os actores sociais serão socializados, de modo que as construções das realidades subjectivas se tornem reais e determinadas pelo modelo societário.

Notamos que, embora financeiramente independentes dos seus maridos, estas mulheres continuam a ocupar uma posição de submissão de acordo com as construções das identidades sociais assentes em relações de poder, nas relações de género; e como as mesmas são absorvidas através dos papeis sociais de mulher, esta posição de submissão é absorvida de forma naturalizada, aquando dos processos de socialização, e como tal aceite por toda a sociedade, e as mulheres não têm consciência objectiva de tal posição. Por causa da mesma, as entrevistadas negociaram os seus empregos e os seus estudos, e

comprometeram-se a cuidarem do seu papel social de mulher, de modo que, o facto de trabalharem não pusesse em questão as suas obrigações.

Verificamos que as próprias mulheres se disponibilizam a cuidarem do lar e dos filhos, mostrando como este papel de mulher é aceite pelas mesmas, pois constitui a sua realidade social. A partir do momento que elas mesmas se dispõem a realizar tudo o que o papel social de mulher prevê, perpetua-se e se reproduz a posição de submissão das mulheres, mesmo que não estejam conscientes.

A questão que se levanta é: uma vez que o processo de conquista do emprego e do prosseguimento dos estudos é tão conflituoso por que as mulheres insistem em tê-los? A resposta a esta questão é que tanto a continuidade dos estudos como o trabalho, na esfera pública, serve de estratégias que elas usam como forma de encontrarem espaços de autonomia, um lugar onde podem escapar ao controlo dos maridos. Podemos também ver o dinamismo do indivíduo, e do social, pois os actores sociais e a sociedade não são estanques, estão em constante mudança. Estas mulheres tentam negociar espaços de maior autonomia, conseguindo, por vezes, garantir individual acesso aos recursos (como o salário) e a níveis de decisão em casa.

### **10.5 Os Actos de violência e a legislação moçambicana**

Esta dimensão é referente à violência que estas mulheres sofrem, onde cada uma descreve os actos de violência que sofre/sofreu. Mostraremos também como é aplicada a lei em Moçambique para cada tipo de violência doméstica exposta. Porque a violência é abrangente. Nesta monografia, analisamos três formas de violência doméstica a saber: a física, a sexual e a psicológica que segundo a literatura (Inquérito violência contra a mulher 2004 e o Dossier violência contra a mulher: Panorama sobre a violência de género, 2001), são as mais frequentes e comuns dentro da relação conjugal.

Passaremos então a expor alguns artigos do Código Penal referentes à legislação aplicada em Moçambique, para cada uma das violências acima mencionada. Retratamos apenas alguns artigos que se assemelham e/ou se encontram implicados com as violências mencionadas na monografia. Assim temos o seguinte:

No que concerne à violência física, o crime de natureza de Ofensas corporais voluntárias simples — artigo 359 do Código Penal, a situação em que um indivíduo agride outrem de modo a provocar-lhe ferimentos simples.

Ofensas corporais voluntárias de que resulte doença ou impossibilidade para o trabalho – artigo 360 do Código Penal, onde o crime assume-se público quando os ferimentos são mais graves em relação ao artigo anterior, e deste modo resultando em doenças ou impossibilidade para o trabalho, deformidades, cortes, privação ou inabilidade de algum membro ou órgão do corpo.

Ofensas corporais qualificadas pela pessoa do ofendido – artigo 365, onde se aplica principalmente a casos de violência doméstica e as penas agravam-se quando os crimes são cometidos pelo pai, mãe, filhos, padrasto, madrasta, enteado, marido ou mulher.

Coacção física – artigo 329, é o caso em que todo o indivíduo que obriga outrem, por meio de ofensas corporais ou ameaças, a praticar ou a deixar de praticar determinada acção.

No âmbito da violência psicológica, temos os artigos referentes ao abuso de confiança – artigo 453, dá-se quando uma das partes, confiando na outra, a deixa com a guarda de certos bens ou então de valores monetários e esta, por má-fé, desvia este bens para outros fins, traindo a confiança do outro.

As ameaças – artigo 379, que ocorre quando alguém diz a outrem que lhe vai fazer um mal que constitua crime. O objectivo do infractor é criar na vítima um medo de modo que sua segurança e liberdade ficam ameaçadas.

Difamação – artigo 407, acontece, por exemplo, quando A diz publicamente que B (que pode ser sua companheira) é prostituta, ladra, feiticeira, etc.

Injúria – artigo 410, dá-se quando o agente faz gestos que denotem repugnância, nojo, ou desprezo por outrem.

Por fim, quanto a violência sexual temos o artigo 391 – atentado ao pudor, este crime ocorre quando alguém profere, contra outrem, palavras que atingem o sentimento de vergonha relacionado com o instinto sexual.

O crime de violação do artigo 393, que diz que o mesmo ocorre quando um homem obriga uma mulher a ter relações sexuais consigo, contra a vontade desta.

Conforme vimos, tanto a violência, como a violência doméstica é punível por lei, no entanto, nota-se também que, no referente à violência sexual dentro do casamento não existe nenhuma penalização, pois “a cópula é sempre lícita entre casados, não havendo lugar a violação” (Monteiro, 2007:14). Deste modo, exclui-se dos crimes, na legislação moçambicana, todos os casos de violação que ocorrem nas relações conjugais, e isto entende-se se termos em conta que o sexo no casamento constitui uma obrigação, tendo as mulheres que satisfazerem sexualmente os seus parceiros sempre que estes assim o desejarem. Por outra é papel da esposa satisfazer sexualmente o seu marido, faz parte da cultura e norma das sociedades patriarcais.

Posto isto, faremos a exposição da violência exercida pelos parceiros das nossas entrevistadas através da tabela que se segue:

<b>Violência</b>	<b>Forma exercida</b>
Física	a “porrada”, os “socos”, queimaduras de cigarro, espancamentos, agressões corporais, “pontapés”, “chapadas” e empurrões
Psicológica	insultos, difamações, ofensas, ameaças de violência física
Sexual	sexo forçado praticado pelos esposos

Tendo em conta a situação da violência doméstica contra as mulheres, praticada pelos seus maridos/parceiros, encontram-se casos em que a violência começou mesmo no início da convivência conjugal, e noutros deu-se mais tarde. Deste modo, temos seis mulheres que sofrem de violência física e psicológica, duas que sofrem da violência física, psicológica e sexual, e uma que sofre da violência psicológica.

Como podemos notar, não existe nenhum caso, exceptuando a mulher que sofre de violência doméstica psicológica, em que as mulheres sofram somente de um dos indicadores por nós analisados, pois estes geralmente estão sempre associados entre si, e isto não quer dizer que elas somente sofrem destes tipos de violência. Embora tenhamos apenas dois casos que afirmaram terem sofrido também a violência sexual, isto não quer dizer que esta violência ocorre com pouca frequência, mas pode ser que seja pouco percebida como uma violência, uma vez que, como já mencionamos, o sexo dentro da relação conjugal é obrigatório, tendo a mulher que satisfazer o seu marido sempre que este o desejar, independentemente da vontade da mulher.

Esta posição é muito comum como afirma Dantas-Berger e Giffin (2005):

“a violência física exacerbou-se em alguns casos quando negaram o sexo como obrigação conjugal. O sexo vaginal forçado no casamento muito poucas vezes foi significado como 'violência', parecendo enquadrar-se socialmente e sexualmente como 'norma' na relação” (Dantas-Berger e Giffin, 2005:423).

A apreensão que os indivíduos vão fazendo, na sociedade, de acordo com seus papéis sociais, possibilita que a violência doméstica contra as mulheres seja tida como algo pertencente às normas sociais e culturais, sendo posteriormente naturalizada. Assim, a situação da violência reflecte-se na legislação do país, pois é a forma que os actores sociais percebem o real e também porque as leis são frequentemente feitas tendo em conta as normas sociais. Deste modo, através da lei moçambicana sobre a violência doméstica, é possível ver-se as posições de superioridade e de submissão masculina e feminina, respectivamente. Principalmente no que diz respeito à violência sexual.

Não podemos esquecer-nos que os conteúdos aprendidos aquando da interiorização, exteriorização e objectivação passam por um processo de legitimação, onde se dá a significação dos antigos e dos novos significados, tornando-se deste modo, para os actores sociais, plausível, carregados de sentido e acessíveis os mesmos conteúdos (Berger; Luckmann 1966). E por causa desta legitimação, estes conteúdos tornam-se difíceis de contestar.

## 10.6 Mecanismos de defesa face à violência

Tendo em conta a dimensão que retrata as soluções para colmatar a violência que as nossas entrevistadas sofrem, importa referir que são várias as estratégias usadas por elas para solucionar o problema da violência nos seus lares. Estas tentativas de soluções foram e são feitas, em algumas vezes, de forma alternada, e noutras de forma simultânea. As mesmas são também uma forma de defesa à violência.

Assim, encontramos como formas de resoluções da violência, as reuniões familiares, as queixas aos chefes de quarteirões, a procura de ajuda junto de entidades religiosas, nas esquadras policiais, e nas instituições que lidam com problemas de violência doméstica casos como a MULEIDE, Liga dos Direitos Humanos e a AMMCJ. Estas organizações e entidades que lidam com problemas de violência só são procuradas pelas entrevistadas quando as tentativas anteriores não surtem resultados, ou quando julgam que a situação não vai mudar. No entanto, não são procuradas por todas mulheres.

Deste modo, iremos categorizar três grupos de mulheres quanto as tentativas de resolução da violência a saber: 3 entrevistadas que ao fim de algum tempo procuraram a MULEIDE, 4 que nunca procuraram ajuda em nenhuma organização que lida com este tipo de problemas, 2 que procuraram ajuda na AMMCJ e a Liga dos Direitos Humanos (LDH).

A procura destas instituições pelas mulheres não significa que não tenham antes enveredado por outras tentativas de solucionar a situação da violência exercida pelos seus maridos. Antes pelo contrário, todas elas usaram as estratégias anteriormente mencionadas, mas nem todas procuraram ajuda nas instituições referidas. Saliente-se também que as 4 mulheres procuraram a MULEIDE para resolver problemas de expulsão dos seus lares pelos seus maridos e um caso de roubo e desalojamento. O mesmo acontece com a AMMCJ, sendo também procurada quando se trata de separação ou divórcio. Não descartamos a hipótese de estas instituições serem usadas em última instância devido ao facto de a violência ser sentida como um problema de ordem privada, relativo ao casal e a família.

Em síntese, podemos dizer que as mulheres usam diversas estratégias para resolver a situação de violência no seu lar, de acordo com as suas possibilidades. Notamos que todas elas tentam primeiro resolver a situação de uma forma interna e no seio da família e somente em algumas situações é que procuram ajuda externa.

### **10.7 Outras formas de controlo**

Quanto às formas de controlo, defendemos que a violência doméstica contra as mulheres é uma forma de controlo masculino sobre a mulher, uma vez que ela sempre é usada quando as mulheres se desviam do seu papel social. Mas principalmente porque ela serve para manter a superioridade masculina, sendo o seu papel “a manutenção e reprodução do poder masculino e de sua hegemonia” (Guedes et al. 2007:8). Deste modo os homens recorrem a ela quando sentem que o seu poder e a sua posição de superioridade está sendo posta em causa.

As outras formas de controlo por nós analisadas são: o controlo do celular, das saídas e o comportamento do parceiro em relação ao seu trabalho. De uma forma geral, todas estas formas acima descritas retratam o factor da sociabilidade da mulher.

Começamos por dizer que, como referido anteriormente, a questão relacionada com o emprego foi negociada e conflituosa, pois para além de os maridos impedirem as suas esposas de trabalhar porque eles são os provedores da família, o local do emprego é sempre visto como pretexto para praticar 'amantismo', alegando que elas não vão trabalhar mais sim, vão encontrarem com os seus amantes. Os horários são controlados, determinando quanto tempo tem para ir e voltar do trabalho.

No referente ao celular, em todos os casos, é extremamente controlado pelos maridos, pois alegam que estão a comunicar-se com os amantes, não sendo permitido atender o celular à noite. Controlam as chamadas, as mensagens e julgam-se no direito de pegar no celular das mulheres quando assim o desejam, sendo que o contrário não é permitido, isto é, elas não podem pegar o celular dos seus parceiros.

As saídas de lazer só ocorrem/ocorriam nos casos em que saem/saíam com os seus parceiros, restringem as visitas familiares e isolam as suas esposas. As saídas têm de ser

as extremamente necessárias e mesmo assim cronometradas, não lhes permitem receber no seio do seu lar visitas não consentidas pelos esposos e, frequentemente, proibem qualquer tipo de visitas em casa, mesmo dos seus pais.

Este tipo de comportamento está inserido nas relações de poder como uma forma de controlo das mulheres, pois como afirmamos a violência doméstica contra as mulheres não é a única forma de controle, sendo frequentemente acompanhada do isolamento das mulheres. Acreditamos que estas servem para manter as mulheres no domínio dos homens e sempre submissas a estes, e sempre que as mulheres não se comportam de forma esperada ela é usada como forma de controlá-las e as mantê-las na sua posição de submissão.

As mulheres, em particular, e a sociedade no geral não, têm consciência objectiva desta construção social patriarcal, que é tida como normal e natural, de modo que vai sendo reproduzida, porque constitui a realidade social dos indivíduos. Não nos esqueçamos que a carga simbólica inerente a esta construção social patriarcal e que ela por si só tem o poder de manter determinada situação e, neste caso, permite com que os actores sociais ajam conforme o previsto socialmente.

### **10.8 Razões da permanência em relacionamentos violentos: discursos justificativos**

Passaremos agora a demonstrar os discursos justificativos, na voz das mulheres que compõem a nossa amostra, em relação a violência doméstica contra as mulheres. Aqui demonstraremos as razões advogadas por elas pelo facto de se submeterem a relações conjugais violentas.

Assim, as razões apontadas para a permanência nestas relações mostram-se ser de ordem estrutural, uma vez que elas advogaram questões ligadas ao “amor aos filhos e ao parceiro”, o facto de a “violência fazer parte do casamento”, e ainda “a tolerância natural da mulher” para lhe dar com situações ligadas a violência e a gestão de conflitos, o “medo de criar os filhos sem a figura paterna”, o facto de a “mulher só poder ser feliz estando casada mesmo que o marido não preste”, o facto de a mulher

“não ter voz activa para expulsar o marido de casa”, e por fim o facto de acharem que para “completarem se têm de casar”.

Estas razões demonstram de forma clara a posição de submissão que a mulher ocupa dentro da sociedade patriarcal, assim como o facto de a construção social da identidade feminina estar representada por sentimentos ligados à dor, à tolerância, à paciência, ao amor, entre outros. Podemos notar que estas razões acima expostas são na verdade conteúdos inerentes à socialização feminina numa sociedade androcêntrica, ou seja, são referentes à construção da identidade social da mulher, feitas com base na relação de poder, onde se superioriza os homens em relação às mulheres.

É possível denotar que estas mulheres absorveram estes papéis e deveres sociais, os quais determinam a submissão da mulher nas relações de género, sendo que esta se torna e se tornou a forma como elas vêem a realidade. Afirmações como: “violência fazer parte do casamento”, a “tolerância natural da mulher para gerir conflitos”, “amor aos filhos e ao parceiro”, “o medo de criar os filhos sem a figura paterna” mostram que a maneira como as mulheres percebem e vêem a violência assim como suas identidades social é construída dentro da sociedade patriarcal.

O poder simbólico inerente a todas construções sociais faz com que a violência seja sentida e concebida como natural, pois este poder “de construção de realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo” (Bourdieu 1998:9) é aprendido durante as construções das identidades sociais nas relações de género, e que é sentido pelas nossas entrevistadas como algo relativo aos homens e ao casamento, sem ter em conta que esta concepção que se tem é socialmente construída, durante o processo de socialização e de construção identitária, que como afirmam Berger e Luckmann, está numa relação dialéctica com a sociedade.

As visões acima referidas mostram que as mulheres absorveram o seu papel social dentro de uma sociedade patriarcal e que este papel é de submissão em relação aos homens, e que a construção da identidade social feminina está assente em representações de sentimentos ligados à dor, à paciência, à tolerância, ao amor, à fragilidade, entre outros, o que permite que ela continue na sua posição de submissão. “Ao interiorizar estes papéis, o mundo social torna-se subjectivamente real para ele”

(Berger e Luckmann 1985:103) e é com base nestes papéis e nesta subjectividade real que os indivíduos guiam suas vidas e suas crenças.

Embora as mulheres entrevistadas consigam explicar os motivos pelo qual elas permaneçam em relações conjugais violentas, assim como dizem como elas entendem e percebem a violência que sofrem, elas não tenham consciência objectiva de que estas explicações, motivos e percepções, são socialmente construídos com base na sua posição de submissão na sociedade androcêntrica, assente em relações de poder nas relações de género.

Nota-se também de forma clara como a construção da identidade social da mulher está intimamente ligada ao casamento, isto é, a mulher pertence à esfera privada e ao doméstico, a mulher mãe e dona de casa, enquanto que o homem deve ser o provedor e o chefe da família.

Esta posição masculina é também socialmente construída e reconstruída, de modo que embora a mulher actualmente ocupe a esfera pública, esta foi alcançada com base em inúmeras negociações e gestões de conflitos e até mesmo em rupturas e separações como forma de vingarem a sua vontade de trabalharem. A posição masculina é vista através da sua recusa a mulher a esfera pública e ao emprego, ao facto de vincarem que eles são provedores e ameçarem deixar e deixarem os seus empregos e assim como a resistência ao facto de a mulher trabalhar.

As relações de poder também aqui encontram lugar, pois as mulheres se vêm como fracas e que seus maridos é que decidem o que elas podem fazer. Mesmo no controle do dinheiro as mulheres sentem a obrigação de mostrarem todo o seu dinheiro para seus esposos e eles sendo os maridos sabem gerir lo melhor. Para poderem gerir tiveram que encontrar estratégias de fugas como esconder o dinheiro, abrir contas a revelia do marido mostrar metade do dinheiro. Elas não têm conhecimento nenhum sobre as contas e o dinheiro dos maridos dos mesmos.

A violência doméstica contra as mulheres é vista a luz das relações de poder nas construções das identidades sociais, e sendo assim ela é também entendida como uma forma de controle das mulheres por parte de seus maridos/parceiros.

## **10.9 Percepções Das Mulheres Sobre a Violência Doméstica Contra as Mulheres**

Esta secção expõe a visão das entrevistadas em relação a violência que sofrem, como elas a percebem e porque razões a suportam. No entanto, os depoimentos estão divididos em três grupos de acordo com a semelhança das respostas e visões a saber: 1 grupo que percebe a violência como algo inerente ao casamento, o segundo grupo invocou mais o aspecto ligado a educação do indivíduo e o terceiro menciona ser um aspecto que tem a ver com a cultura moçambicana.

De acordo com os dados recolhidos na presente monografia, podemos verificar que todas as mulheres entrevistadas percebem a violência doméstica contra as mulheres como algo não justificado e injusto para elas, pois julgam que todos os conflitos devem ser tratados com base no diálogo. Passaremos então às percepções sobre a violência de acordo com os grupos que designaremos de A, B e C respectivamente.

O primeiro grupo A composto das senhoras Marta, Matilde, Mariana, Melta e Minorca percebem a violência como algo inerente ao casamento e também à força física dos homens e ao facto de as mulheres serem frágeis por natureza, afirmando que se “elas se encontrassem numa posição de maior força física em relação aos seus parceiros iriam responder à violência que sofrem também com a violência, mas como elas são a parte mais frágil, só podiam e podem se submeter à violência”. Estes foram os casos de cinco das inquiridoras, e elas não possuem formação superior.

No que concerne a este grupo a senhora Mariana afirmou que embora não suportassem a violência que sofriam tinha medo de voltar a casa, com medo do que os familiares e a sociedade iriam pensar dela. Mas com o passar do tempo e por atender outras mulheres vítimas de violência foi mudando sua forma de ver a violência e libertou se do medo que a afligia e rompeu com a violência. As restantes mulheres deste grupo afirmam que não podem sair do lar porque todas “as mulheres devem passar pelo lar e construir família, e que a violência faz parte do lar e a mulher só pode aguentar e ir queixar sempre para ver se esta acaba”.

A senhora Melta afirmou que a “violência sofrida não faz bem ao lar porque influencia na educação dos filhos, no entanto acha que a mulher tem que ficar no lar independentemente da violência pois foi assim que minha mãe me ensinou e eu ensino a minha filha do mesmo modo”, embora ela afirme que quer romper a relação com seu parceiro porque não aguenta mais tanta violência. Estas mulheres são as que tem um nível de instrução que varia entre a 5 classe à 12 classe.

Conforme visto a violência é sentida como uma questão de força física inerente aos homens, aliado ao factor fragilidade das mulheres. O aspecto de ordem natural e biológica que se levanta quando se fala de força física desprovem esta do seu carácter social, embora consideremos que não é tanto pela força física, a razão pela qual os homens exercem a violência doméstica contra as mulheres, mas sim pelo facto de a violência fazer parte da construção social da realidade dos indivíduos. Uma vez que é nas construções das identidades sociais, através dos processos de socialização que a violência começa a entrar na vida dos indivíduos (e isto assim acontece porque ela faz parte da estrutura da sociedade androcêntrica), violência esta que será diferentemente ensinada e absorvida de acordo os actores sociais masculino e feminino.

Temos ainda em conta que a violência tem um carácter estrutural, fazendo parte da organização que suporta um sistema de dominação, envolta do poder simbólico assim como de relações de poder Arthur (2007), o que nos leva a acreditar que esta não é praticada pelos os homens sobre as mulheres por causa da força física dos mesmos. Não nos esqueçamos que a violência doméstica contra as mulheres têm o papel de manter a dominação masculina e o controle da mulher, motivo pelo qual ela é também usada e justificada sempre que pretende repreender um comportamento desviante do papel social de mulher.

Chamamos à atenção para o facto de as mulheres justificarem que permanecem nas suas relações conjugais violentas porque são frágeis de modo que como mulheres frágeis só podem suportar a violência e permanecer no lar. O aspecto da fragilidade é socialmente construída, fazendo parte da representação dos sentimentos inerentes a identidade social da mulher, assim sendo não é pelo facto de as mulheres serem realmente frágeis, mas sim porque são construídas como frágeis.

Defendemos nós que a violência doméstica contra as mulheres é uma violência com um poder simbólico o que faz com que este ganhe invisibilidade e reconhecimento na sociedades e aos olhos dos indivíduos, pois este carácter simbólico por ser, de acordo com Bourdieu, um poder de construção da realidade e o sentido imediato do mundo, faz parte da construção das identidades sociais dos indivíduos nas relações de género.

Este aspecto simbólico inerente à violência doméstica contra as mulheres permite a persistência da mesma, assim como possibilita a convivência e permanência das mulheres em relações conjugais violentas, mesmos tendo uma independência financeira em relação a seus maridos. A violência faz parte da realidade dos indivíduos e eles não tem, como afirma Bourdieu, consciência objectiva dele. A carga simbólica não se encontra dissociado das construções desiguais das identidades sociais com base nas relações de género e nem da posição de submissão das mulheres em relação aos homens na sociedade patriarcal, fazendo parte do mesmo processo – a construção social da realidade. Sendo assim, é este processo que está por detrás da permanência das mulheres independentes nas relações conjugais violentas, e isto é bem retratado na forma como elas dizem perceber a violência que sofrem.

O segundo grupo — B que compõem, as entrevistadas Monica e Maria, ambas com formação superior, percebem a violência que sofrem como “algo anormal e inerente ao ambiente de educação do indivíduo, não tendo a ver com o nível de instrução da pessoa, e também a ver com a personalidade da pessoa”, ou seja a pessoa é violenta por natureza. No referente a educação do indivíduo, ambas afirmaram que a figura paterna faz uma grande diferença no modo como o indivíduo será educado, e que provavelmente a ausência deste é que torna os indivíduos violentos, pois o pai não esteve presente na educação dos filhos.

A senhora Maria afirmou que para além do facto da violência doméstica ter a ver com a educação da pessoa, ela também deve-se ao facto de os “homens serem ciumentos e quererem dominar as mulheres, para estas não serem mais que eles em termos de conhecimento e de emprego, e por acharem que as mulheres foram e são feitas para o lar”.

O mesmo grupo sente a violência como pertencente à natureza do indivíduo, sem ter em conta que se assim fosse, então todas as mulheres que são violentas por natureza, assim como todos os indivíduos de uma forma geral, praticariam a violência doméstica contra seus parceiros no seio do lar, pois este dispositivo de natureza é inerente a todo o ser humano. As questões que podem se levantar aqui seriam: Porquê este dispositivo — natureza violenta — parece ser mais notável nos homens do que nas mulheres? Será que elas não podem ser violentas por natureza? Ou este é mais comum nos homens?

Assim, dizer mais uma vez que este facto não se regista por ser de ordem natural, mas sim social, onde os homens praticam a violência doméstica contra as mulheres porque são ensinados a assim o serem, e as mulheres o suportam e o sentem como pertencente a natureza dos homens porque assim também são ensinadas dentro das suas posições de superiorização e de submissão respectivamente. E isto acontece nos processos de socializações patriarcais, que tem como base relações de poder e desiguais nas relações de género, nas construções das identidades sociais de mulheres e de homens. Isto está tão enraizado que se torna invisível e naturalizado, e aqui mais uma vez notamos o carácter simbólico existente na violência.

Quanto ao facto de a violência também ser percebida como algo inerente à educação da pessoa, e neste caso, do homem, isto mostra que as mulheres percebem que o aspecto educação está por detrás do carácter violento ou não do homem, embora para elas a ausência do pai no seio do lar pode ser o causador desta situação, isto é, de a criança se tornar violenta.

Esta forma de ver a situação pode ser entendida se tomarmos em consideração que os indivíduos, vêem o homem como o chefe da família, o que põe ordem na família, e provedor da mesma, e como tal a ausência dele pode criar situações em que os filhos não tendo a figura paterna, que é o garante da ordem tenham uma educação que os leve a serem propensos a violência. Onde a mãe, que é vista socialmente e representada com sentimentos associados a uma figura frágil, dócil, bondosa, tolerante entre outros, não tem qualificações para educar uma criança de forma a que esta não se torne violenta. Deste modo, sem a figura paterna a criança é propensa a se tornar um homem violento.

Advogamos que a socialização tem sim um papel importante em relação à violência exercida pelos homens sobre as mulheres. Mas ela tem esse papel porque é através dela que se dá a construção social das identidades masculinas e femininas, e nela os indivíduos aprendem a se comportar de acordo com os seus papéis e deveres sociais, e é com base neles que eles guiam as suas vidas, pois isto pertence às suas realidades sociais e ao modo de perceberem suas realidades. Deste modo, não é a falta da figura paterna que está por detrás da questão mas sim a construção das identidades sociais desiguais nas relações de género assentes nas relações de poder nas relações de género dentro da sociedade patriarcal, que subalternizam as mulheres em detrimento dos homens.

A forma como as mulheres percebem a violência tem a ver com a identidade social de mulher absorvida dentro da sociedade moçambicana, que se revela ser patriarcal, e a forma como elas percebem não se difere em grande medida de como a sociedade no geral percebe esta mesma violência, pois de acordo com Berger e Luckmann (1985)

“a identidade é evidentemente um elemento-chave da realidade subjectiva, e tal como toda a realidade subjectiva, acha-se em relação dialéctica com a sociedade. A identidade é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social” (Berger e Luckmann 1985: 228).

A violência e a sua percepção encontram-se inseridas dentro deste processo identitário.

O grupo C, é constituído pelas senhoras Melissa e Mirna, e estas possuem o nível superior. A primeira afirma que para além da violência ser um aspecto ligado à cultura moçambicana, a mesma é “algo mau e que ela é praticada pelos homens porque eles se acham superiores às mulheres e acham que devem mandar nelas e que mesmo no trabalho sentem esta tendência de superiorização e que a mulher deve ficar submissa”. A entrevistada Mirna defende que a violência é “devido ao ciúme tanto do homem como da mulher, e que a mesma faz parte da cultura”, pois os moçambicanos resolvem tudo aos “berros e porrada”. Afirma que quando se está numa situação de conflito a mulher deve-se “manter mais calma e baixar a guarda, uma vez que elas são mais tolerantes, de modo evitasse situações de violência”.

Neste grupo, notamos que uma das entrevistadas para além de perceber a violência como algo que parte da cultura moçambicana, também a sente como relacionada com o facto de os homens se sentirem superiores em relação as mulheres. Quanto à esta última percepção, dizemos nós que, sim a violência sobre as mulheres é devido a posição de superioridade dos homens em relação as mulheres, mas vamos mais longe quando afirmamos que esta violência não se cinge a cultura moçambicana, mas sim em todas as sociedades patriarcais, e que esta superioridade masculina não é somente sentida pelos homens, como também pelas próprias mulheres, vendo se e sentindo se como submissas a eles, e que esta situação ocorre devido a construção desigual das identidades sociais nas relações de género, baseadas em relações de poder.

A violência doméstica contra as mulheres existe e persiste porque ela faz parte da construção das realidades dos indivíduos, fazendo parte do *habitus*, que Bourdieu define “como um conhecimento adquirido e também um haver, um capital o *habitus* indica a disposição incorporada, quase postural” (Bourdieu, 1989:61), sendo deste modo aceite pela sociedade como um todo.

A senhora Mirna percebe a violência como um problema da cultura moçambicana, onde o moçambicano é visto como um indivíduo que resolve seus conflitos a base de “berros e porrada”. É também visto como inerente aos ciúmes dos indivíduos. Depreende se nesta percepção que ocorre durante alterações sentimentais dos indivíduos, logo de cariz natural, e não social e que a violência é uma particularidade dos moçambicanos e da sua cultura.

A violência doméstica contra as mulheres ocorre em todas as partes do mundo e em todas sociedades androcêntricas. A mesma está envolvida em significações e sistema de signos, ou como falam Berger e Luckmann, dentro de um universo simbólico que é “construído por meio das objectivações sociais, através da atribuição de significados que excede muito o domínio da vida social” (Berger e Luckmann 1985: 132). Isto faz com que a violência se torne invisível, aceite e naturalizada. Esta naturalização é sentida porque as construções sociais ganham um poder de se alienarem das instituições que as criaram e tornam se construções sociais objectivas.

Podemos inferir com base no que foi acima descrito que as mulheres que sofrem a violência doméstica por parte de seus esposos, percebem-na como sendo algo inerente ao casamento, no qual as mulheres estão sujeitas, tendo que se manter uma conduta que não incite a violência. Esta postura das mulheres, se comportarem de modo a não provocar situações de violência, e sentida como fazendo parte da natureza das mulheres, não se tendo em conta que isto é apreendido e socialmente construído, e tem a ver com a natureza das mulheres

A sociedade patriarcal produz e reproduz a violência doméstica contra as mulheres, a dominação masculina, a posição de submissão da mulheres, as relações de poder desiguais nas relações de gênero, todo este processo permite e explica porquê as mulheres submetem-se a violência doméstica contra as mulheres. Esta mesma sociedade se remodela, no entanto não muda as bases nas quais esta assente, mantendo a mesma estrutura.

#### **10.10 Nível educacional *versus* percepção da violência**

A nossa divisão da percepção da violência, das razões que levam as mulheres a permanecerem em relações conjugais violentas foi feita com base na semelhança das respostas dadas pelas nossas entrevistadas, de forma que encontramos três grupos. Mas aquando do agrupamento, notamos que as respostas semelhantes coincidem com o grau ou nível educacional das entrevistadas. O primeiro grupo repisou mais o aspecto casamento aliado à violência, o segundo focou mais o aspecto educacional, e o último o facto cultural, sem que com isto estejamos a dizer que as respostas foram lineares e que não foram mencionados outros aspectos. Tentaremos também ver se o nível educacional tem alguma influência no rompimento de situações de violência.

Deste modo, notamos que o primeiro grupo de mulheres tem, em termos de grau académico, o ensino médio, ou seja têm entre 5<sup>a</sup> a 12<sup>a</sup> classe. As entrevistadas dos grupos seguintes possuem formação superior em diversas áreas. Isto pode nós levar a questionar se o nível de instrução tem alguma influência na forma como se percebe a violência? As nossas entrevistadas parecem mostrar esta tendência, embora não saibamos o grau de influência que esta exerce na percepção da mesma.

Os dois últimos grupos têm uma percepção um pouco mais elaborada sobre a violência, uma vez que mencionaram aspectos ligados a educação, a cultura e a superioridade masculina em relação às mulheres. Embora estas formas de ver e sentir a violência não sejam semelhantes à nossa e com base em pressupostos diferentes, nota-se que as mesmas têm uma certa consciência ao facto de esta ser um factor aprendido dentro da sociedade moçambicana. De modo que não podemos afirmar categoricamente que o nível de instrução influencia a percepção que as mulheres têm sobre a violência. O que podemos afirmar é que o nível de instrução não influencia a permanência ou não das mulheres independentes em relações conjugais violentas, ou seja, as mulheres independentes e com formação superior também permanecem em relações conjugais violentas.

No que concerne à influência do nível educacional e o abandono das relações violentas dizer que das nove mulheres trabalhadoras que compõem a amostra duas encontram-se actualmente com os seus maridos e as restantes separadas deles por diversas razões. Das sete separadas, três (caso da Marta, Mirna, e Matilde) encontram-se nesta situação contra a sua vontade, onde uma foi expulsa de casa pelo marido, a outra o marido vendeu a sua casa e fugiu e a última fora anunciada que já não a queriam mais. Estas três afirmaram que se dependesse delas ainda estariam no lar e somente as outras quatro é que tiveram a iniciativa de se separar. Isto mostra que embora a maior parte das nossas entrevistadas se encontrarem separadas dos seus parceiros, isto não invalida o facto de terem permanecido em relações conjugais violentas.

As outras quatro optaram por separar por iniciativa própria, (Melissa, Mónica, Mariana e Maria), onde três delas têm formação superior, o que pode levar a questionar se o nível de instrução influenciou no abandono da situação de violência ou não. Pese embora encontremos uma licenciada, a senhora Mirna com afirmações que revelem maior aceitação à violência, tal como “é dever da mulher evitar situações que conduzam à violência e as mulheres devem ser mais calmas, e que alguém ter de abaixar a cabeça, infelizmente são as mulheres porque são mais tolerantes devido à nossa natureza, e facilmente suportamos a dor”, e ainda o facto de uma das entrevistadas sem formação superior, a senhora Mariana, possuir uma postura que revela menor aceitação à violência, defendendo a independência financeira da mulher e a não submissão ao homem, e também a não tolerância em relação à violência.

No entanto não queremos nós dizer que a formação superior influencia no rompimento de situações de violência nas relações conjugais, e nem o podemos dizer de forma categórica, devido ao que foi acima exposto. Dizer por fim que as senhoras Mirna e a Melta continuam a viver em situações de violência em seus casamentos, embora a última afirme que queira sair do lar e desta situação mas o marido não a deixe.

## **11.CONCLUSÃO**

A violência doméstica contra as mulheres é produzida pela sociedade patriarcal, que perpetua a desigualdade das identidades sociais com base no gênero e através das relações de poder que subordinam as mulheres em relação aos homens. A violência é explicada de diversas maneiras e perspectivas, como notamos no decorrer desta monografia, porém, julgamos que a que mais se enquadra com a realidade do fenômeno são as explicações feitas com base na análise da perspectiva das relações de gênero, tendo a atenção de referir que não basta ser uma análise das relações de gênero, sem ter em conta as desigualdades de poder na construção das identidades sociais dos indivíduos.

Quando questionadas as entrevistadas por que elas permaneceram e permanecem dentro de situações de violência doméstica contra as mulheres, muitas advogaram que o faziam por causa dos filhos, pelo amor que tinham pela sua família, pelo amor ao seu esposo, e porque esta faz parte do casamento. Isto remete-nos a visão da autora Pilar, que advoga que a cultura ocidental socializa as mulheres na busca do amor romântico que advoga o sacrifício e a dor, que o amor tudo vale e tudo suporta.

Entretanto, sem negarmos esta visão, defendemos que esta noção de suportar a violência em prol dos filhos e do amor ao marido tem a ver com a socialização das identidades femininas assente no poder que a sociedade patriarcal faz, onde as representações de sentimentos associados à dor, ao sacrifício, à ternura, ao cuidar do outro fazem parte das atitudes e valores ensinados às mulheres, de modo que estas colocam-se sempre em segundo plano.

As mulheres percebem a violência doméstica contra as mulheres como algo inerente ao casamento, à personalidade de alguns homens, como algo praticado por homens que se acham superiores as mulheres, como algo que tem que submeter porque são mais fracas, percebem a violência como parte da cultura. Todas estas formas de perceber a violência são explicadas à luz das construções desiguais das identidades sociais assentes nas relações de género, pois elas inserem-se nas representações de sentimentos construídos na identidade social feminina, assim como pela posição de submissão que as mulheres ocupam na sociedade patriarcal.

Perceber a violência como algo que pertence à cultura moçambicana, não foge do acima defendido, pois a cultura — que envolve valores e regras sociais — é uma das componentes da sociedade, e reflecte-se na sociedade e esta por sua vez encontra-se numa relação dialéctica com a construção das identidades sociais. Logo mesmo neste caso conseguimos depreender que a forma como as mulheres percebem a violência tem a ver com as construções sociais das identidades das mulheres nas relações de género, assentes em relações de poder.

Deste modo podemos afirmar que a nossa hipótese responde a nossa questão de partida. As mulheres com independência financeira permanecem em relações conjugais violentas devido a sua posição de subordinação em que se encontram na sociedade patriarcal, assentes nas relações de poder desigual entre homens e mulheres e na construção desigual das identidades sociais nas relações de género, através da absorção dos papeis e da identidade de ser mulher, ligadas a representação de sentimentos ligados a ternura, a dor, a paciência e ao sofrimento aprendidos durante o processo de socialização.

Verificamos que as mulheres com formação superior, com a excepção de uma parecem ter adquirido uma nova postura face a violência e a submissão a ela, o que nos leva a questionar se esta tem algum tipo de influência na não submissão das mulheres a violência doméstica contra as mulheres ou se é um factor de pouca relevância, sem no entanto podermos afirmar isto de forma categórica.

Foi ainda possível verificar que as inquiridas possuem estratégias de defesa em relação a violência doméstica que sofrem, onde as mesmas vão desde o abandono do lar, as

reuniões familiares, as queixas aos chefes dos quarteirões, as consultas as entidades religiosas e as associações que lidam com a violência doméstica até as queixas nas esquadras.

É importante reter que o facto das mulheres terem uma independência financeira em relação aos seus maridos/parceiros não faz com que estas não se submetam e não vivam em relações conjugais violentas, pois a questão tem a ver com construções sociais, com a consciência dos indivíduos, com a forma como percebem as suas realidades e os significados que esta realidade tem assim como o seu mundo. Isto mostra que a violência doméstica contra as mulheres não tem como factor principal a pobreza ou a dependência financeira e nem com o nível de formação académica, pois ela tem raízes na estrutura da sociedade patriarcal.

Poderia se questionar que embora estas mulheres sejam financeiramente independentes em relação a seus parceiros, seus rendimentos poderiam não permitir que elas se sustentassem sem os mesmos. Dizer que neste caso as mesmas detêm rendimentos que as possibilitam se auto-sustentarem como também algumas possuem rendimentos superiores a seus parceiros, isto sem esquecer que duas dessas mulheres é que sustentavam seus lares inclusive seus maridos.

Verificamos que o facto destas mulheres trabalharem faz com que os seus maridos, em alguns casos, se abstenham das despesas no lar, acabando por serem elas as provedoras do lar e da família. Assim, estas aumentam os seus encargos no referente ao seu papel social, uma vez que estas não somente trabalham na esfera pública e no seio doméstico, mas também se tornam chefes de família, no sentido de que estas se tornam as provedoras do lar.

Por fim, repisarmos que a violência doméstica contra as mulheres tem a sua raiz na estrutura das sociedades androcêntricas, e que a mesma se deve as construções desiguais das identidades sociais nas relações de género, onde se dá a superioridade masculina e a submissão feminina. Esta submissão permite e possibilita a permanência das mulheres em relações conjugais violentas, independentemente da sua condição financeira, da classe social, do nível educacional e da idade.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

ARTHUR, Maria José, MEJIA, Margarida (2006). **Coragem e impunidade**. Maputo: WLSA Moçambique.

ARTHUR, Maria José (2007). **Violência Contra As Mulheres: Entre o Relativismo Cultural e a Lei**, In: ARTHUR M. José (org.) Memórias do Activismo – Recolha de Textos Publicados No Boletim Outras Vozes, 2002 – 2006. Maputo: WLSA Moçambique.

S/AUTOR, (s/d). **Anger inside intimate relationships**. Encontrado em <http://mentalhelp.net/psyhelp/chap7/chap7i.htm>

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (1985). **A Construção Social da Realidade**. 12ed. Petrópolis:Vozes.

BETTENCOURT, Amy A. (s/d). **Deixando relacionamentos abusivos: um estudo de factores catalizadores**. Encontrado em <http://www-mcnair.berkeley.edu/97journal/bettencourt.html> acedido em 22.10.08

BOURDIEU, Pierre (1989). **O Poder Simbólico**. 4ed. Lisboa: Difel.

CABANAS, Ana Carcedo (2001). **Reflexiones/Violencia Contra la Mujer: un problema de poder**. [www.isis.cl/temas/vi/reflex17.htm](http://www.isis.cl/temas/vi/reflex17.htm) acedido 22.10.08

CAMACHO, Rosalía (2001). **A igualdade em tempos de género**. In: FACIO, Alda (coord.), Declaración Universal de Derechos Humanos: textos e comentários inusuales. Costa Rica: Ilanud. Pp:131-136.

DANTAS-BERGER, Sonia Maria, GIFFIN, Karen (2005). **A Violência nas Relações de Conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual.** [www.scielo.org.br/scielo.php?pid=s0102](http://www.scielo.org.br/scielo.php?pid=s0102) acessado 22.10.08

S/AUTOR, (2001). **Dossier Violência Contra A Mulher** [http://www.redesaude.org.br/dossies/html/body-vi\\_panorama.html](http://www.redesaude.org.br/dossies/html/body-vi_panorama.html). acessado 22.10.08

Facio, Alda (1992). **Cuando El Género Suena Cambios Trae:** Una metodología para análisis de género del fenómeno legal. San José; C.R.: ILANUD.

----- (2007). **O Patriarcado e Suas Instituições** In: Sebenta Género E Direitos Humanos. Maputo: WLSA Moçambique, vol.2.

FALEIROS, Eva; CAMPOS, Josete (2000). **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes.** [http://www.cecria.org.br/pub/livro\\_repensando os conceitos eva publicacoes.rtf](http://www.cecria.org.br/pub/livro_repensando_os_conceitos_eva_publicacoes.rtf).  
[http://www.google.com/search?q=cache:7KNWpkPbPW4J:www.cecria.org.br/pub/livro\\_](http://www.google.com/search?q=cache:7KNWpkPbPW4J:www.cecria.org.br/pub/livro_) \_ acessado 22.10.08

FÓRUM MULHER (2004). **A violência Doméstica é Uma Violação dos Direitos Humanos das Mulheres.** In: outras vozes, n°6

----- (2006). **Proposta De Lei Contra A Violência Doméstica.**

-----, CENTRO de ESTUDOS AFRICANOS (2001). **Projecto de Investigação Sobre Violência Contra a Mulher.**

FOUCAULT, Michel (1989). **História da sexualidade I:** a vontade de saber. Lisboa: Relógio de Água.

GARBIN, Cléa et al. (2006). **Violência doméstica:** Análise das lesões em mulheres. In: caderno de saúde pública, vol.22, n° 12. Rio de Janeiro.

GUEDES, Rebeca, et al. (2007). **Violência conjugal sob o olhar de gênero: dominação e possibilidade de desconstrução do modelo idealizado hegemonicamente de casamento.** Vol.6.

HERCOVICH, Inês (s/d). **Violência contra a mulher – La Violación Sexual: Cuando Consentir es Resistir.**

HIERRO, Graciela (1998). **La violencia moral contra las mujeres mayores.** <http://www.laneta.apc.org/cgi-bin/Webx?230@@.ee6e8a7> acessado 22.10.08

MEJIA, Margarida ARTHUR, Maria José; OSORIO, Conceição (2004). **Não Sofrer Caladas: violência contra mulheres e crianças.** Maputo: WLSA Moçambique.

MEJIA, Margarida ARTHUR, Maria José (2005). **Violência doméstica: a fala dos agressores.** In: ARTHUR M. José (org.) Memórias do Activismo – Recolha de Textos Publicados No Boletim Outras Vozes, 2002 – 2006. Maputo: WLSA Moçambique.

MINISTÉRIO DA MULHER E ACÇÃO SOCIAL (2004). O inquérito sobre a violência contra a mulher. Maputo.

MONTEIRO, Ana Cristina (2007). **Legislação aplicável à resolução de conflitos de violência doméstica.** 3ed. Maputo: WLSA Moçambique.

MULENGA, A (2004). **Introdução a estatística.** Maputo.

NARVAZ, G. Martha, KOLLER, Sílvia H.(2006). **Mulheres Vítimas De Violência Doméstica: compreendendo subjectividades assujeitadas.** PSICO, Porto Alegre, vol. 37, n.1, pp 7-13. <http://www.google.co.mz/search?hl=pt-PT&q=dependência+financeira%2B+viol%C3Aancia+contra+amulher&btnG=pesquisar&lr=> acessado 22.10.08

OBANDO, Ana Elena (2004). **Humanidades, Derechos y Violencia de Género.** Encontrado – <http://www.whrnet.org/docs/tema-humanidades-0402.html> acessado 22.10.08

OSÓRIO, Conceição (2001). **Poder e violência**: homicídio e femicídio em Moçambique. Maputo: WLSA Moçambique.

PELSER; E. GONDUE, L. et al. (2005). **Intimate Partner Violence** - results from a national gender – based violence study in Malawi. Pretoria [www.issafrica.org/index.php?](http://www.issafrica.org/index.php?)

PINTOS, Bergona Marugan; SOLIS, Cristina Vaga (2001). **Gobernar la violencia: apuntes para un analisis de la rearticulacion del patriarcado**. <http://www.cholonautas.edu.pe/modelo/upload/gobvio.pdf>

------(2001) **El cuerpo contra-puesto, discursos feministas sobre la violencia contra as mujeres**. <http://www.cholonautas.edu.pe/modelo/upload/gobvio.pdf>

SAFFIOTI Heleieth I.B. (1980). **Abuso Sexual Pai — Filha**, <http://www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/livros/brasil/pesqui/saffiotti.rtf> acedido 22.10.08

QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc Van (1998). **Manual de investigação em ciências sociais**. 2ed, Lisboa: Gradiva.

SANPEDRO, Pilar (2004). **El Mito Del Amor y Sus Consecuencias en los Vínculos de Pareja**. <http://www.hika.net/zenb157/H15728.htm> acedido 23.10.08

SCOTT, Joan (1986). **Género: Uma categoria útil para análise histórica**. In: The American Historical Review, 91(5).

STOLCKE, Verena (2003). **Maria, minha ou morta**. In: ARTHUR M. José (org.) Memórias do Activismo – Recolha de Textos Publicados No Boletim Outras Vozes, 2002 – 2006. Maputo: WLSA Moçambique.